

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A reclusão como experiência familiar: estudo sobre a rede familiar de apoio de reclusos

Beatriz Fontinha Costa

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, Professor Associado

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2024

Departamento de Ciência Política e Política Públicas

A reclusão como experiência familiar: estudo sobre a rede familiar de apoio de reclusos

Beatriz Fontinha Costa

Mestrado em Serviço Social

Orientador:

Doutor Pablo Álvarez-Pérez, Professor Associado

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2024

Agradecimento

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Doutor Pablo Álvarez-Pérez, por todo o apoio ao longo da construção desta dissertação, em especial no período em que parecia que tudo estava perdido, houve uma palavra de motivação e de coragem para não desistir.

Agradeço também a todos os docentes do ISCTE-IUL que se cruzaram neste meu percurso académico e contribuírem para a aquisição de novas perspetivas e aprendizagens sobre a profissão.

Um agradecimento especial ao Dr Carlos Rato, Dra Ana Rita Chave e Dra Blanca Vasquez que, por intermédio das associações, me apoiaram nos contactos com os entrevistados, o que possibilitou a conclusão deste estudo e por estarem sempre disponíveis para esclarecer dúvidas.

Deixo também um agradecimento especial a todos os participantes, pelo seu valioso contributo e por se demonstrarem tão disponíveis para partilhar informações tão pessoais e sensíveis, que irão marcar para sempre a minha prática profissional.

Agradeço à minha família por todo o apoio, motivação e compreensão ao longo deste percurso académico.

Uma agradecimento gigante às minhas amigas e companheiras de aventura do mestrado, Ana Maria, Eugénia e Marta, por estarem sempre presentes nos bons e maus momentos e por todas as boas recordações das vivências na capital.

Agradeço ainda a todos os meus amigos, por todo o apoio, preocupação e por me arrancarem de casa à força para me distraírem e partilhar gargalhadas, Marta, Ana, Inês, Carolina e Beatriz.

Resumo

Ao longo do desenvolvimento histórico, os estudos no âmbito penal têm sido predominantemente centrados nos indivíduos privados de liberdade, relegando a compreensão das consequências sociais e ramificações imprevistas da “ação da prisão fora de seus limites físicos” (Godoi, 2011, p. 139) a segundo plano. Esta lacuna evidencia a necessidade de conferir voz aos familiares de reclusos, cujo papel assume uma relevância fundamental durante o cumprimento da pena. A presente dissertação tem como principal objetivo analisar a rede de apoio de reclusos e o estigma auto-percebido dos familiares, através dos conceitos de rede de apoio social e de estigma, baseando-se nas dimensões estrutural, relacional-contextual e funcional da rede de apoio social e nas dimensões estrutural, social e individual do estigma (Guadalupe, 2017; Moore et al., 2013; Touraut, 2019). Foi aplicada uma metodologia qualitativa de modo a responder aos objetivos de estudo, realizando onze entrevistas a familiares de reclusos apoiados pela APAR, Associação Diálogo e Ação e a Associação Open Heart. Através do ênfase nas experiências, sentidos e significados construídos pela rede de apoio informal, este trabalho apresenta reflexões sobre as implicações sociofamiliares associadas à reclusão, as reconfigurações dos laços familiares que advém da separação imposta pelo contexto, os apoios prestados pela rede ao seu familiar recluso, o confronto com a realidade prisional para a manutenção de laços e o estigma auto- percebido dos entrevistados.

Palavras-chave: Reclusão; Família; Rede de Apoio Social, Estigma, Serviço Social

Abstract

Throughout history, penal studies have been predominantly centred on individuals deprived of their liberty, relegating an understanding of the social consequences and unforeseen ramifications of "prison action outside its physical boundaries" (Godoi, 2011, p. 139) to the background. This gap highlights the need to give a voice to the families of prisoners, whose role is of fundamental importance during their sentence. The main objective of this dissertation is to analyse the support network of prisoners and the self-perceived stigma of family members, through the concepts of social support network and stigma, based on the structural, relational-contextual and functional dimensions of the social support network and the structural, social and individual dimensions of stigma (Guadalupe, 2017; Moore et al., 2013; Touraut, 2019). A qualitative methodology was applied in order to respond to the study objectives, conducting eleven interviews with family members of prisoners supported by APAR, Associação Diálogo e Ação and Associação Open Heart. By emphasising the experiences, senses and meanings constructed by the informal support network, this paper presents reflections on the socio-family implications associated with imprisonment, the reconfigurations of family ties that arise from the separation imposed by the context, the support provided by the network to their imprisoned family member, the confrontation with the prison reality in order to maintain ties and the self-perceived stigma of the interviewees.

Keywords: Imprisonment; Family; Social Support Network, Stigma, Social Work

Índice

Agradecimento.....	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
1. Estado de Arte	3
1.1. Efeitos da condenação na rede de apoio	3
→ Dimensão Estrutural e Relacional	3
→ Dimensão Funcional	4
1.2. Intervenção social com a rede de apoio e com o indivíduo privado de liberdade	5
2. Quadro Teórico/Analítico	7
2.1. As Redes Sociais Pessoais e suas dimensões.....	7
2.2. Estigma: características e interseção na intervenção social.....	9
3. Métodos	11
3.1. Campo Empírico.....	11
3.2. Lógica e Estratégia de Investigação.....	12
3.3. Técnica de Recolha de Dados	13
3.4. Técnica de Análise de Dados	14
3.5. Limitações e Constrangimentos.....	15
3.6. Aspetos Éticos	15
4. Análise e Discussão de Resultados	17
4.1. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados	17
4.2. A dimensão estrutural da reconfiguração da rede familiar (tamanho e qualidade dos vínculos).....	18
4.3. Os apoios desenvolvidos pela rede.....	20
4.4. Fragilidades relacionais da rede de apoio após o contacto com a realidade prisional	22
4.5. Dimensões do estigma e a sua influência no desenvolvimento de oportunidades da vida pessoal e social.....	25
4.6. Cruzamento entre variáveis dos conceitos de rede de apoio e estigma.....	28
5. Conclusões.....	33

6. Referências Bibliográficas	37
Anexos	41
Anexo A: Guião de Entrevista	41
Anexo B: Quadro Conceptual.....	43
Anexo C: Sistema de Códigos (MAXQDA).....	44
Anexo D: Consentimento Informado	45

Introdução

A reclusão, segundo McKay (2018) é uma experiência familiar, desde que os estabelecimentos prisionais separam fisicamente os indivíduos privados de liberdade dos seus familiares. Por isso os familiares, ao transitarem entre o interior e o exterior da prisão, irão trazer impactos no modo de agir e no quotidiano destas famílias (Kirk, 2003). Por esta razão, o tema da presente dissertação é a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade.

A participação familiar nos estabelecimentos prisionais consiste na aplicação do direito à pessoa privada de liberdade, previsto na Lei n.º 115/2009, Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, a qual afirma, através do artigo 7.º, mais especificamente alínea f):

“À proteção da vida privada e familiar e à inviolabilidade do sigilo da correspondência e outros meios de comunicação privada, sem prejuízo das limitações decorrentes de razões de ordem e segurança do estabelecimento prisional e de prevenção da prática de crimes”

O acesso à prisão de pessoas próximas do indivíduo em reclusão não se trata apenas de um privilégio para a pessoa privada de liberdade, mas também um direito legalmente constituído que visa evitar que os laços familiares sejam quebrados em função do cumprimento da pena de prisão (Kirk, 2003).

Os esforços da rede de apoio para manter relação durante a reclusão, permite que esta relação gere fontes positivas e necessárias, que permitam aos familiares serem o apoio emocional, financeiro e prático (McKay, 2018). Porém, este esforço em manter a relação acarreta para a rede de apoio dificuldades, adaptações e obstáculos e, por isso segundo Touraut (2019) resulta “no teste à gestão de danos sociais e desafia a identidade dos familiares dos reclusos” (p. 23).

O estudo tem como pergunta de partida: Qual o significado/valor atribuído à rede de apoio e as implicações de ter um familiar privado de liberdade? O objetivo geral é: sistematizar as dimensões da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade e do estigma auto-percebido dos familiares, de modo a propor uma linha orientadora para a prática profissional. Os objetivos específicos são: analisar a reconfiguração da rede familiar, em termos estruturais (tamanho e qualidade dos vínculos); categorizar os diferentes tipos de apoios desenvolvidos pela rede; identificar as fragilidades relacionais da rede de apoio após o contacto com a realidade prisional; e categorizar as dimensões do estigma e a sua influência no desenvolvimento de oportunidades da vida pessoal e social. As questões de investigação são: Como era a relação familiar antes, durante e pós o cumprimento de pena? Qual o apoio prestado pela rede de apoio ao indivíduo privado de liberdade?; Como a rede de apoio descreve o estigma auto-percebido no seu dia-a-dia?.

A investigação é de carácter exploratório, de natureza qualitativa, tendo como técnica de recolha de dados entrevistas semiestruturadas, aplicadas a uma amostra não probabilística e selecionada por conveniência, dirigida a familiares de pessoas privadas de liberdade.

Assim, a estrutura da dissertação divide-se em quatro capítulos. O Capítulo I – Estado de Arte – resulta da revisão de estudos, sobre os efeitos da condenação na rede de apoio e a prática profissional desenvolvida quer com a rede de apoio, quer com os indivíduos presos. O Capítulo II – Quadro Teórico/Analítico – são aprofundados os conceitos de rede de apoio social e estigma e, respetivas dimensões. O Capítulo III – Metodologia da Investigação – apresenta o campo empírico, lógica e estratégias de investigação, técnica de recolha de dados, técnica de análise de dados, dificuldades e limitações experienciados e os aspetos éticos da investigação. O Capítulo IV – Análise e Discussão dos Resultados – inicia-se com a caracterização sociodemográfica dos entrevistados, passando para a apresentação dos resultados segundo os objetivos específicos compostos e o cruzamento entre as variáveis em estudo, ou seja, após a análise pormenorizada dos objetivos específicos foi possível verificar o cruzamento entre os principais indicadores do estudo, tais como, (a) tamanho da rede, laços familiares fragilizados e lidar com a separação; (b) tipo de apoio e tamanho da rede; (c) tipo de apoio e confronto com a prisão; (d) tamanho da rede e autoperceção do estigma. Por fim, o Capítulo V – Conclusão – realiza-se uma breve apresentação dos resultados obtidos consoante os objetivos específicos, de modo a responder-se ao objetivo geral. Após respondidos a todos os objetivos de estudo, são enumeradas abordagens sociais segundo as dimensões em estudo, de modo a propor linhas orientadoras para a prática profissional.

1. Estado de Arte

Para a análise do objeto de estudo sobre a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade, foi necessário recolher informação de investigações realizadas previamente, de modo a verificar as dimensões essenciais para a sua investigação. Assim, foi necessário efetuar pesquisa de informação científica nas bases de dados, Web of Science, Scopus, B-on e repositórios institucionais. De forma, a centralizar a pesquisa recorreu-se aos seguintes critérios booleanos: Social Work > Prison > Family, Social Work > Inmates > Family, Prison > Social Work > Practice, Prison > Social Work > Practice > Family, obtendo cerca de 150 artigos científicos.

De modo, a apurar a pesquisa e a adequabilidade do texto para a formulação do presente trabalho, a discente analisou o *abstract*, palavras-chave e conclusões de cerca de 50 investigações e, após uma análise mais pormenorizada reduzir para 16 documentos, entre eles, artigos de jornal, revista científica, secções de livros e teses. Esta análise desenvolveu-se para identificar dimensões, que por sua vez serviram para orientar o caminho a seguir e, fornecer indicadores e conceitos fundamentais.

Sendo assim, foi possível distinguir duas grandes dimensões exploradas nos estudos: a) os efeitos da condenação na rede de apoio, e b) a prática profissional desenvolvida com a rede de apoio e com os indivíduos presos.

1.1. Efeitos da condenação na rede de apoio

Ao analisar as diversas investigações sobre estes efeitos, verificou-se que o conceito com maior importância define-se como “experiência prisional alargada”, isto é, apesar de os familiares não terem problemas com a justiça, estes tornam-se alvos das regras e estigmas gerados pelas instituições prisionais, gerando desafios na identidade familiar (Tourat, 2019; Kotova, 2020). Sendo assim, é possível identificar consequências para a família de indivíduos presos, sejam elas a nível económico, social, psicológico, emocional, na estrutura e dinâmica da família (Pereira, 2017; McKay et al., 2018; Ferreccio, 2019; Touraut, 2019; Figueiredo e Granja, 2020; Andersson e Turesson, 2022).

Deste modo, para esquematizar estes efeitos, seguindo o raciocínio do quadro teórico, ter-se-á em conta as dimensões e características das redes sociais pessoais, desenvolvidas por Guadalupe (2009), visto que remete para o foco da presente dissertação. Estas dimensões caracterizam-se como a dimensão estrutural (redes sociais como sistemas de relações), a dimensão funcional (redes sociais como sistemas de apoio e suporte) e a dimensão relacional-contextual (o tipo de relação desenvolvido entre os indivíduos da rede).

→ Dimensão Estrutural e Relacional

O estudo de McKay et al. (2018), de carácter misto desenvolvido nos EUA, centra-se na deterioração da relação familiar, fazendo referência a indicadores relacionados com a estrutura e dinâmica familiar, mas

também sobre o esforço de manter uma relação com o indivíduo condenado. Sendo assim, destaca-se a manutenção da relação entre pares, os comportamentos parentais, a interação familiar no exterior, os custos elevados para realizar visita (devido a distâncias longas entre a prisão e a casa da família) e o desagrado com o ambiente prisional durante as visitas. Como resultado de entrevistas a indivíduos privados de liberdade e respectivas parceiras, constata-se que a maioria das mulheres sofre de problemas de saúde que afetam o seu desempenho laboral (depressão) e por outro lado, os entrevistados avaliam positivamente o seu relacionamento durante a reclusão dos pares (comunicação, vínculo, resolução de conflitos e felicidade no geral) (McKay et al., 2018).

Nos artigos de Ferreccio (2019) e Touraut (2019) é estudado a relação bidirecional que torna os familiares tanto parte da ordem prisional como sujeitos às regras da instituição, mesmo estando fora da prisão. Por isso, faz-se referência à relação de indiferença e o sentimento de desprezo dos familiares pela instituição, redução do rendimento familiar devido a custos recorrentes gerando um aumento na carga de trabalho para o familiar em liberdade, lidar com a separação, que gera deterioração gradual dos laços familiares, criação de uma geração de famílias monoparentais, dificuldades relacionais e comportamentos adaptativos e teste à identidade do familiar em liberdade (situação degradante vivida pelo parente e descoberta de atos cometidos pelo indivíduo privado de liberdade).

→ **Dimensão Funcional**

O estudo de Ferreccio (2019) refere que a falta de recursos na prisão e a deterioração das condições de vida do indivíduo preso, geram um nível elevado de dependência financeira dos familiares e a dificuldade de os familiares em liberdade estabelecerem relações de amizade devido a ter um membro da família condenado. Por outro lado, Touraut (2019) faz referência ao estigma associado à prisão, os familiares veem-se confrontados com grande vulnerabilidade relacional (quebra de laços sociais) e a experiência prisional alargada das famílias resulta na gestão de danos sociais e desafia a identidade familiar.

Nos dois estudos seguintes, refere-se o apoio desenvolvido por estas redes, tendo em atenção que apresentam realidades penitenciárias totalmente distintas. Ferraccio (2019), no seu estudo desenvolvido na Argentina, faz referência à negação e participação da família, isto é, a não aceitação do crime cometido pelo familiar pode levar ao enfraquecimento das relações dos diversos atores, tendo consequências positivas ou negativas sobre a participação da família no acompanhamento do indivíduo privado de liberdade e igualmente no seu processo de reinserção bem-sucedida.

Com uma opinião semelhante, Touraut (2019) estuda os diversos apoios desempenhados pelos familiares ao indivíduo condenado, visto que estes são a primeira linha de apoio, ou seja, apoio prático (melhorar a vida na prisão), apoio moral (saber lidar com o dia-a-dia da prisão), apoio à identidade (evitar a despersonalização e a irrealidade da prisão) e apoio de substituição (compensar a incapacidade do indivíduo privado de liberdade de agir). Assim, através do estudo qualitativo de Touraut (2019),

constatou-se resultados sobre os cuidados, a falta de reconhecimento da *dor social* vivida pelos familiares e de compreensão da sua experiência, isto é, muitos destes familiares vivem em situações precárias, seja na habitação e/ou no rendimento e, por outro lado, a invisibilidade social das diversas tarefas diárias desempenhadas pelas mulheres de pessoas privadas de liberdade na esfera familiar e doméstica. Sendo assim, após a análise das entrevista semiestruturadas alcançou os seguintes resultados: o maior desafio para as famílias é mitigar a austeridade da vida quotidiana na prisão; o apoio à identidade consiste em alimentar a ligação entre o detido e a sua rede familiar; o principal objetivo do compromisso familiar com o indivíduo privado de liberdade é neutralizar os efeitos nocivos da condenação e encorajá-lo a não reincidir; por último, as diferentes capacidades dos familiares, em função dos seus recursos e da sua origem social muito provavelmente geram desigualdades na vida pós-prisão (Touraut, 2019).

1.2. Intervenção social com a rede de apoio e com o indivíduo privado de liberdade

Quanto à prática profissional, pode-se fazer a distinção entre a intervenção familiar e a intervenção desenvolvida junto do indivíduo preso. A intervenção junto da família centra-se no combate aos problemas e necessidades, muito deles gerados pela quebra do relacionamento direto com o familiar preso. Assim, no estudo qualitativo realizado em Portugal, a reclusão é vista como fator gerador de crise que pressiona processos de mudança familiar. Estas mudanças ocorrem através das adaptações dos sistemas ao seu quotidiano e no rearranjo dos sistemas para resolver efetiva e construtivamente a crise gerada pela nova realidade (Alarcão e Simões, 2010). Na investigação qualitativa de Lesson e Morgan (2019), em Inglaterra, faz-se referência às desigualdades estruturais sentidas pelos familiares de indivíduos privados de liberdade, por parte das políticas desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais. Por isso, relata a extensão do estigma aos familiares, gerando a distribuição desigual de status na sociedade, em termos de direitos e de oportunidades (Lesson e Morgan, 2019).

Relativamente, à manutenção das relações, a investigação de carácter misto de Andersson e Turesson (2022) desenvolvida na Suécia procura reforçar a ligação entre pais presos e filhos. Assim, para fazer face à ausência dos pais no dia-a-dia da criança, o estudo teve como objetivo gravar a leitura de histórias infantis e, por consequência as crianças ao ouvirem iriam sentir apoio emocional. Além disso, este projeto salienta a necessidade de novas abordagens que apoiem os laços familiares, visto que o sistema prisional não oferece apoio específico aos pais para manterem os laços familiares, existe o risco de rutura dos laços, devido aos indivíduos privados de liberdade sentirem dificuldades emocionais para se manterem conectados com a família (Andersson e Turesson, 2022).

Relativamente à intervenção desenvolvida junto das pessoas a cumprir pena de prisão, nas investigações referencia-se o tipo de prática desenvolvida nas instituições prisionais. Sendo assim, na

investigação de Pollack (2004), analisa-se a prática anti opressiva do Serviço Social¹ nos estabelecimentos prisionais no Canadá com mulheres. Este desenvolve-se a partir da avaliação do serviço de aconselhamento de apoio de pares para as mulheres na prisão e no estudo qualitativo focalizado no impacto da opressão nas experiências prisionais destas mulheres (Pollack, 2004). Por isso, foram desenvolvidas estratégias para desafiar os desequilíbrios de poder nas intervenções, constatou-se a importância das redes de apoio entre as mulheres na prisão, visto que, se apoiam no isolamento, impotência, estigma e os efeitos do abuso de poder (Pollack, 2004). Por outro lado, o papel dos interventores sociais é serem intermediários entre os indivíduos privados de liberdade e as autoridades prisionais, isto significa a necessidade de reconhecimento dos pontos fortes e recursos da pessoa privada de liberdade, mas também o papel ativo destes indivíduos na definição das suas necessidades (Pollack, 2004). Deste modo, segundo Pollack (2004) os princípios a seguir para o desenvolvimento de serviços de apoio aos pares são

“todos os indivíduos possuem pontes fortes e habilidades, (...) as intervenções devem abordar uma necessidade atual identificada pelos próprios participantes, o tema de justiça social deve ser integrado em todo o programa, (...) e os vínculos com a comunidade devem ser facilitados para promover a responsabilidade da comunidade na transição dos indivíduos presos de volta à comunidade” (p. 705).

Outro ponto a ter em atenção na intervenção junto dos indivíduos privados de liberdade são a identificação de fatores de risco que possam contribuir para a reincidência criminal. Segundo o estudo de Pereira (2017), de caráter misto realizado no Estabelecimento Prisional Vale de Sousa foram identificados como fatores: temperamento, reatividade emocional, dificuldade em estabelecer vínculos sociais, personalidade antissocial e laços familiares fragilizados. Estes fatores de risco, advêm de elevados níveis de stress e das adaptações do indivíduo durante o período de reclusão, principalmente quando se trata de penas de prisão longas. Posto isto, verificou-se estes fatores influenciam o modo como o indivíduo privado de liberdade percebe o seu futuro após o cumprimento da pena, fazendo-se referência a percepções demasiado otimistas e irrealistas (Pereira, 2017). Assim sendo, pode-se concluir que a experiência prisional causa danos duradouros à pessoa privada de liberdade, reestruturando as suas crenças, percepções e mentalidade, que podem dificultar a adaptação à liberdade, visto que não têm capacidade para prever situações difíceis e, por consequência poderá levar a um novo retorno ao crime (Haney, 2003, como citado em Pereira, 2017).

¹ Refere-se a um processo dinâmico que se baseia na modificação de um conjunto de características das relações sociais, ou seja, compromisso com a mudança nas relações sociais e institucionais que perpetuam a exclusão dos grupos marginalizados (Harrison e Burke, 2002)

2. Quadro Teórico/Analítico

Para o desenvolvimento do instrumento de recolha de dados e posterior análise dos resultados, ter-se-á como referência o conceito de redes sociais pessoais, de Guadalupe (2017), que tem por base as seguintes dimensões teóricas: estrutural, funcional e relacional-contextual. Por outro lado, também se terá como referência teórico o conceito de estigma e as suas dimensões.

2.1. As Redes Sociais Pessoais e suas dimensões

A rede social é um sistema aberto em permanente construção individual e coletiva e, por isso, é constituída por todos os atores sociais com quem o indivíduo estabelece uma relação de interação dentro do seu universo relacional (Sluzki, 1996). De modo, a perceber o significado atribuído à rede, tem-se em conta a relação mantida com cada elemento, isto é, o apoio prestado, o número de relações, desejo e interação do relacionamento (Capitanini, 2000).

Assim, segundo o modelo de rede social apresentado por Sluzki (2007), é possível identificar as características estruturais da rede do indivíduo, nomeadamente: “tamanho que corresponde ao número de pessoais significantes para a rede; densidade refere-se à relação interdependente entre membros; dispersão representa a distância geográfica entre membros; composição” (p. 103 e 104). Por outro lado, permite identificar as funções de cada vínculo (ajuda e assistência providas e recebidas), ou seja, companhia social, apoio emocional, orientação cognitiva, conselhos e/ou regulação emocional (Sluzki, 2000). Assim, é possível perceber se as trocas ao nível do apoio social são recíprocas, pois as trocas assimétricas e desiguais podem gerar “sentimentos de solidão e insatisfação” (Salinas et al., 2008). Por isso, Guadalupe (2017), define o apoio social como:

a interações que supõem uma conexão e assistência reais, enfatizando a relevância dos vínculos informais na desenvolvimento de competências adaptativas para problemas quotidianos, situações stressantes e de crise, sendo de enorme relevância atendendo à situação de vulnerabilidade pessoal e social apresentada pelas pessoas acompanhadas nos serviços sociais (p. 50).

Assim, este apoio é caracterizado segundo três dimensões: a estrutural, a funcional e a relacional-contextual (Guadalupe, 2009). A **dimensão estrutural** considera as redes sociais como sistemas complexos de relações, onde se tem em conta a composição, distribuição, tamanho e densidade da rede, ou seja, características estruturais da rede, as funções e qualidade dos vínculos (Sluzki, 1996; Lazega, 1998; Guadalupe, 2009).

A **dimensão funcional** resulta ações desenvolvidas na rede, isto é, apoio emocional, interação positiva, disponibilidade para ouvir, demonstração de afeto, aconselhamento, socialização e integração social, sentimento de pertença, estabelecer laços de confiança, construção identitária, validação, estima,

apoio material, apoio prático, apoio financeiro, partilha de informação e apoio no cuidado pessoal (Guadalupe, 2017).

Deste modo, as ações de cuidado surgem para minimizar as ações negativas da prisão no dia-a-dia dos indivíduos privados de liberdade, isto é, apoio prático, apoio moral, apoio à identidade e apoio à substituição (Clemmer, 1940). O **apoio prático** consiste em mitigar a austeridade do quotidiano da prisão, através da facilitação das condições da detenção, é o exemplo do envio de dinheiro para artigos pessoais, não considerados como necessidades básicas. O **apoio moral** representa o suporte da rede de apoio para melhorar a forma como o indivíduo privado de liberdade lida com a nova realidade, através de sinais de afeto e da presença regular nas visitas, servindo como meio para a pessoa em reclusão se desligar do contexto onde se encontra. O **apoio à identidade** consiste em nutrir a relação entre o indivíduo preso e a sua rede de apoio, ou seja, os laços familiares devem permitir o sentimento de pertença. Por fim, o **apoio de substituição** surge para compensar a incapacidade do indivíduo privado de liberdade de agir sobre situações do exterior, são os casos: nos primeiros meses da pena, o objetivo é regularizar a situação social e financeira, enquanto no fim da pena, este apoio surge para auxiliar a sua reinserção social, seja através da procura de alojamento, emprego ou formação (Paperman, 2005; Touraut, 2019).

Por fim, a **dimensão relacional-contextual** consiste nas relações entre indivíduos da mesma rede, bem como o contexto onde ocorrem estas interações, isto é, a qualidade de cada vínculo nas relações, características sociodemográficas e culturais dos membros, intensidade e duração, bem como as fontes de stress e conflito (Sluzki, 1996; Guadalupe, 2017). Ao estabelecer a relação em meio prisional, a rede de apoio fica sujeita às regras prisionais, mas também faz parte da ordem prisional, isto é, aprender a lidar com a separação, conflito com a prisão e os custos recorrentes (Ferreccio, 2019).

O confronto com a prisão resulta do conflito com elementos de autoridade prisional, durante as visitas, dado que, as regras pré-estabelecidas não são do conhecimento das famílias e por isso, acabam por ser transgredidas. Associado a este problema estão métodos de comunicação, pois são estritamente definidos pela prisão, que limita e controla (Touraut, 2019).

Por outro lado, com a condenação de um familiar os custos (económicos e sociais) recorrentes no seio familiar aumentam (McKay et al, 2018). Quanto aos custos económicos, há a diminuição dos recursos e aumento das despesas, isto deve-se há falta do rendimento mensal do indivíduo preso e a juntar as despesas existentes pré-condenação, acresce as despesas de deslocação aos estabelecimentos prisionais para os momentos de visita (Ferreccio, 2019). Enquanto, os custos sociais associam-se às reconfigurações das redes sociais dos familiares como influência da condenação de um familiar, ou seja, o estigma, vulnerabilidade relacional e desafios para a identidade familiar (Touraut, 2019).

Sendo assim, as dimensões acima descritas relacionam-se entre si, enfatizando a importância do papel da rede de apoio, dado que se encontram na disposição para cuidar do bem-estar e laços emocionais, bem como da sensibilidade à vulnerabilidade sentida pelo indivíduo privado de liberdade (Gilligan, 2008).

Deste modo, as redes proporcionam integração social que evitam o isolamento social e outras situações disruptivas (Navarro, 2004). Por isso, o suporte social é multidimensional e expressa-se pelos recursos sociais disponíveis sob a forma de ajuda informal, ou seja, reside na ajuda nas ocupações do dia-a-dia exercida por grupos sociais e por indivíduos da sua rede apoio (Sherbourne et al., 1991; Barbosa, 2022).

2.2. Estigma: características e interseção na intervenção social

O conceito de estigma caracteriza-se como um processo socialmente construído que promove a desvalorização e depreciação de indivíduos/grupos, como consequência tornam-se portadores de uma identidade deteriorada (Goffman, 1982). Deste modo, os grupos estigmatizados são considerados como grupos sociais segundo o qual, a sociedade tem atitudes, estereótipos ou crenças negativas a seu respeito. Como consequência, os indivíduos deste grupo têm efeitos interpessoais e económicos mais fracos que a sociedade em geral, isto é, são discriminados por pertencerem a essa categoria social desvalorizada (Crocker e Major, 1989). Relativamente às dimensões do estigma, pode-se fazer a distinção de três dimensões: estigma estrutural, estigma social (público) e estigma individual (antecipado e percebido) (Moore et al., 2013).

O **estigma estrutural** resulta de resistências sociopolíticas e apresenta-se quando políticas (públicas e/ou privadas) restringem de alguma forma a oportunidade dos grupos estigmatizados participarem na sociedade, é exemplo: restrição na habitação, negação de determinado emprego e de serviços (Corrigan et al., 2005).

O **estigma social** advém de reações negativas da população em geral sobre indivíduos ou grupos que já possuem um determinado rótulo, isto é, corresponde aos estereótipos, preconceito e discriminação por parte dos outros (Corrigan, Larson & Kuwabara, 2010).

O **estigma individual antecipado** acontece quando o indivíduo antecipa e preocupa-se em ser rejeitado e/ou discriminado devido à sua identidade e, por isso antecipa-se a situações futuras (Quinn e Chaudoir, 2009). O **estigma individual percebido** corresponde à percepção de um indivíduo das atitudes estigmatizantes dos outros em relação a si ou ao seu grupo, ou seja, os estereótipos, preconceitos e discriminação em relação a si (Berger, Ferrans & Lasheley, 2001; Moore et al., 2013).

Concluindo, para intervir junto destes indivíduos é necessário ter em conta que este sistema é um conjunto complexo de elementos com interações constantes e mútuas, além disso o comportamento de um elemento da família explica-se segundo a causalidade circular². Assim sendo, a intervenção social deve focar-se além dos comportamentos individuais e, perceber o contexto familiar, identificando problemas, necessidades e potencialidades das famílias face à crise que estão a passar, além disso é

² Pressupõe que cada efeito no sistema resulta de influências recíprocas dos diferentes elementos que o constituem (Osório e Valle, 2002).

necessário ter em consideração que os problemas e fragilidades destas redes advêm da quebra de relacionamento direto com o indivíduo preso (Collins, Jordan & Coleman, 2012).

3. Métodos

3.1. Campo Empírico

O campo empírico da presente investigação é composto por três entidades que apoiam os indivíduos detidos nas cadeias portuguesas e respetivos familiares, em território nacional. Sendo assim, as entidades selecionadas foram Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR), sediada no concelho de Caldas da Rainha, Associação Diálogo e Ação mais especificamente no projeto Tomando Rumo sediada em Lisboa e a Associação Open Heart, em Cascais. A escolha da APAR foi devido à maior proximidade, a nível geográfico, e a partir daí desenvolveu-se o efeito bola de neve em que APAR indicou a Associação Diálogo e Ação e depois esta recomendou a associação Open Heart. Este efeito bola de neve desenvolveu-se devido à dificuldade no contacto com as pessoas que constituem o universo do estudo e, por isso não foram os inquiridos que indicaram novos contactos, mas sim instituições (Fortin, 2009). Por isso, os indivíduos implicados são os utentes destas associações, sendo assim, a população-alvo neste estudo.

A APAR promove a solidariedade e justiça social, através da intervenção e assistência social na comunidade, no apoio e aconselhamento jurídico e administrativo a cidadãos em cumprimento de pena de prisão em Portugal ou em prisões no estrangeiro, de modo a sua pena ser cumprida de acordo com as leis em vigor e na defesa dos seus direitos. Para isso, conta com 48 delegados em todas as cadeias do país a fim de contribuir para a dignificação do Sistema Prisional (APAR, n.d.).

A Associação Diálogo e Ação atua em Lisboa, Amadora e Sintra, a sua intervenção passa por integrar pessoas privadas de liberdade nos projetos desenvolvidos dentro dos EP e é a partir daí que os indivíduos privados de liberdade indicam a associação à família. Após o contacto da família, a associação dispõe de voluntários e de uma assistente jurídica para esclarecer dúvidas aos familiares e para dar todo o apoio necessário a estas famílias (como exemplo cabazes, vale de gás, entre outros), acompanhando atualmente 35 famílias de indivíduos em reclusão e outras famílias na comunidade.

A Associação Open Heart, atualmente, desenvolve um projeto no Estabelecimento Prisional do Linhó e voluntariado nos Estabelecimentos Prisionais Sintra e Pinheiro da Cruz e, é a partir daí que se estabelece uma relação de confiança com a pessoa privada de liberdade e são estes que fazem a ponte entre a associação e a própria família (atualmente apoia 11 indivíduos privados de liberdade). Após o contacto da associação com a família, a Open Heart apoia estas famílias (maioritariamente estrangeiras) em diversos níveis, obtenção de visto, habitação, transporte e acompanhamento até ao EP onde se encontra o seu familiar recluso.

O universo da investigação corresponde aos familiares de indivíduos privados de liberdade, presentes nas instituições em cima referenciadas. O método de amostragem é o não probabilístico, por conveniência, visto que os familiares selecionados para entrevista serem utentes das associações indicadas e que demonstraram interesse em participar após o conhecimento do presente estudo e terem autorizado o seu consentimento para a recolha e tratamento de dados (Carvalho et al., 2016).

Além disso, todos os possíveis participantes teriam de ter um vínculo emocional com pelo menos uma pessoa a cumprir pena de prisão. Segundo este pressuposto, procurou-se abranger o leque de indivíduos mais diversificado possível, em função de critérios como género, grau de parentesco ou afinidade com a pessoa privada de liberdade, número de elementos da família a cumprir pena, duração da pena e histórico criminal do indivíduo privado de liberdade com qual mantinham um vínculo afetivo. Sendo assim, foram realizadas 11 entrevistas, das quais 4 correspondem a utentes da APAR, 4 da Associação Diálogo e Ação e 3 da Associação Open Heart.

3.2. Lógica e Estratégia de Investigação

Na presente investigação optou-se pelo paradigma interpretativo, com vista a gerar informação que permita entender a problemática e possibilitando maior proximidade entre o sujeito e o objeto de investigação (Coutinho, 2015). Desta forma, o foco foi compreender o significado nas ações individuais e as interações sociais (Coutinho, 2015).

Sendo assim, perante as características da investigação, a metodologia mais adequada é a qualitativa, visto que permite explorar ideias e pensamentos, bem como averiguar o significado dado aos comportamentos e às interações dos indivíduos sobre o qual se debruçou o estudo (Coutinho, 2015). As principais características de um estudo qualitativo abarcam o ambiente natural na recolha de dados, o carácter descritivo da informação recolhida, a compreensão do significado da realidade dos participantes e a indução na análise de dados (Pinto, Campos & Siqueira, 2019). Deste modo, esta metodologia baseia-se na “valorização do significado e sentido que os participantes atribuem às coisas” (Pinto et. al, 2019, p.31), ou seja, o investigador tem a função de interpretar as experiências dos sujeitos no seu contexto natural. Neste sentido, a pertinência da metodologia selecionada direcionou-se para a possibilidade de descrição e interpretação dos significados relativos aos acontecimentos do quotidiano, de acordo com o ponto de vista da amostra (Azevedo, Carvalho, Costa, Mesquita, Soares, Teixeira & Maia, 2017). Deste modo, a investigação de índole qualitativa realça a construção da teoria e baseia-se no método indutivo, ou seja, a teoria surge *a posteriori* da recolha e análise dos dados, com vista à produção de conhecimento por via da análise e compreensão do fenómeno social que é investigado (Coutinho, 2015; Fortin, 1999; Morgan, 2008). Assim, segundo Brinca (2017),

“a partir da problematização, segundo uma sequência indutiva, seleciona-se uma situação concreta, formula-se o problema de investigação, a questão geral e específicas, segue-se a escolha da estratégia, do método, a amostragem teórica, para assim se proceder à colheita de dados” (p. 98).

Através do modelo qualitativo na investigação, possibilita-se dar voz aos sujeitos que participam no estudo. Isso ocorre com o intuito de informar a prática profissional por meio dos dados recolhidos e analisados, que aborda o conhecimento das dificuldades e adaptações presentes na rede de apoio de indivíduos privados de liberdade. Nesse sentido, ocorre a obtenção de conhecimento através da interpretação e compreensão da realidade social (Ferreira, 2011).

3.3. Técnica de Recolha de Dados

Dada a natureza qualitativa da investigação, a entrevista é o instrumento de recolha de dados que mais se adequa ao estudo, precisamente porque neste estudo procura-se recolher dados sobre motivações, atitudes, sentimentos, experiências, opiniões, representações mentais ou a histórias de vida (Carvalho et al., 2016). Apesar de existir diferentes tipos de entrevistas, estas são classificadas “segundo o grau de liberdade dado ao entrevistado”. Para o presente estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada (Haro et al., 2016, p. 94).

A entrevista semiestruturada parte de questões pré-definidas apoiadas em teorias e questões de investigação recolhidas, e que oferece um amplo campo de questões, fruto de novas hipóteses, que vão surgindo à medida que se recebe algumas respostas (Ayres, 2008; Triviños, 1987). Este tipo de entrevista constrói-se com questões abertas, que permitem ao sujeitos estimular o pensamento livre e favorecer a exploração e expressão profunda das respetivas respostas, ou seja, espera-se com este tipo de entrevistas maior espontaneidade e liberdade nas respostas (Fortin, 1999; Boni e Quaresma, 2005).

Antes da aplicação das entrevistas, o investigador desenvolve o guião de entrevista³, seguindo linhas orientadoras apresentadas na tabela-resumo⁴ sobre os conceitos a serem usados nesta dissertação, assim como as suas dimensões e indicadores, que guiarão o processo de construção do instrumento de recolha e da análise dos dados.

As entrevistas realizaram-se de 11 de Outubro de 2023 a 5 de Dezembro de 2023, permitindo uma maior flexibilidade face à participação dos entrevistados. Ao longo desse período foram realizadas 11 entrevistas, via plataforma ZOOM ou por chamada telefónica, tendo com duração média 45 minutos.

Os dados da entrevista, após o consentimento dos participante, foram recolhidos por gravação, que permite uma recolha mais eficiente dos dados. A gravação oferece um resumo preciso do que foi dito e é essencialmente importante para entrevistas em profundidade (Morgan & Guevara, 2008).

O método online demonstrou-se o mais adequado, visto que os participantes encontram-se em diferentes áreas geográficas (Portugal, Brasil e Luxemburgo) e por isso, a Plataforma ZOOM acaba por ser a técnica mais atrativa e ajustada a cada participante, dado que as características desta ferramenta pautam-se pela conveniência, eficiência, eficácia e flexibilidade em termos de tempo e local de recolha de dados (Archbald, Ambagtsheer, Casey & Lawless, 2019; Hoffman, Lobe & Morgan, 2020).

³ Consultar Anexo A

⁴ Consultar Anexo B

3.4. Técnica de Análise de Dados

Após a recolha de dados, dá-se início à interpretação e análise dos dados através da análise de conteúdo categorial, visto que nas pesquisas de caráter qualitativo geram volume de dados que necessitam de redução, organização e interpretação (Teixeira, 2003). Por isso, esta análise constitui-se como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo (...) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/receção destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

Através análise de conteúdo categorial é possível criar inferências sobre determinado grupo. Para isso é necessário realizar a codificação do conteúdo, através da atribuição de códigos, que por sua vez formarão categorias (Lycarião e Sampaio, 2021). Envolve a identificação, categorização e interpretação de padrões temáticos em dados textuais. Os dados são codificados em categorias pré-definidas ou emergentes⁵, permitindo a compreensão mais profunda dos temas abordados e a identificação de insights significativos. Também possibilita apreender as relações sociais em determinados contextos, de um modo apropriado ao tipo de problema em estudo, ou seja, ultrapassa o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e capta uma observação crítica em relação ao conteúdo das entrevistas (Vilela, 2017).

A análise de dados iniciou-se pela transcrição literal das gravações das entrevistas (Morgan & Guevara, 2008). Após a transcrição, iniciou-se a análise categorial, baseada nas dimensões, subdimensiones e indicadores previamente definidos no modelo de análise e em categorias que possam surgir no discurso dos participantes do estudo. Deste modo, segundo Vilelas (2017) a análise categorial consiste,

“em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos. Estas operações visam descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis (...)” (p. 394).

De modo a facilitar a codificação utilizou-se o programa MAXQDA, sendo um software qualitativo que permite organizar e registar pensamentos e reações, bem como a aceder e rever o material organizado e registado (Maietta, 2008). Iniciou-se pela criação de códigos e subcódigos⁶, segundo os conceitos e dimensões previamente definidos para estudo; seguiu-se a importação da transcrição das entrevistas; depois realizou-se a codificação das transcrições através da atribuição de códigos, para facilitar a categorização e organização de dados; por fim, recorreu-se a ferramentas visuais, especificamente mapas semânticos, para extrair relações e coocorrências entre códigos no conjunto total de dados.

⁵ Consultar Anexo B

⁶ Consultar Anexo C

3.5. Limitações e Constrangimentos

A principal limitação para o desenvolvimento desta dissertação foi de ordem prática, em concreto, no acesso aos participantes, visto que apesar de existirem em território nacional algumas instituições que acompanham a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade, a sua grande maioria não se demonstrou disponível para colaborar. Por consequência, o desenvolvimento desta dissertação esteve estagnada durante alguns meses por falta de referência de entrevistados. Passada essa limitação, surge outro constrangimento relacionado com a rejeição dos participantes para a realização do estudo, devido ao envolvimento criminal ou por não quererem relembrar as dificuldades e todas as adaptações que acarretou ter o seu familiar privado de liberdade.

Além disso, ao optar pelo método online para a realização de entrevista, este trouxe alguns constrangimentos, como “a queda de chamadas e pausas, má qualidade de áudio (...)” (Deakin e Wakefield, 2014; Weller, 2015, citado por Archbald, Ambagtsheer, Casey & Lawless, 2019), assim como os participantes terem as noções básicas ao nível tecnológico e logístico. A nível tecnológico, existiu participantes que não possuíam o equipamento adequado para o método online e por isso, ter-se utilizado a chamada telefónica. Por outro lado, em termos logísticos, existiram interrupções e perturbações durante os contactos devido ao ambiente que rodeava os participantes, como referido por outros autores (Hoffman, Lobe & Morgan, 2020).

3.6. Aspetos Éticos

Desde que há pessoas envolvidas ativamente nesta investigação, concretamente na recolha e análise dos dados, as questões éticas devem ser tidas em consideração. Os padrões e estândares éticos seguidos nesta dissertação respondem ao Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL.

Em primeiro lugar, o processo de reunir, definir a amostra e a recolha de dados merece especial atenção de modo assegurar a participação voluntária por via do consentimento informado, bem como garantir a confidencialidade e privacidade de todas as parte envolvidas (Padgett, 2008). Durante a aplicação dos instrumentos de recolha de dados é essencial salvaguardar e proteger os direitos e liberdades dos participantes no processo (Fortin, 1999). Por isso, é através do Consentimento Informado⁷ que os participantes, de forma livre e convicta, deram a sua aprovação verbal quer para a entrevista, para a sua gravação e tratamento dos dados. O consentimento foi feito verbalmente, porque as entrevistas foram realizadas por ZOOM e, por isso o consentimento anexado foi lido e gravado, gravando ainda a aceitação do consentimento dos participantes. É neste momento que os participantes são informados de todos os elementos essenciais à participação no estudo, permitindo aos possíveis participantes avaliar as consequências da sua participação, isto é, “(1) objetivos gerais do estudo, tempo estimado e

⁷ Consultar Anexo D

características gerais da sua participação; (2) direito a recusar participar no estudo, e a interromper a participação em qualquer momento; (3) eventuais riscos, desconfortos ou outros efeitos adversos associados à participação; (4) eventuais benefícios associados à participação; (5) eventuais limites à confidencialidade; (6) incentivos à participação, quando houver; (7) quem contactar no caso de desejar fazer perguntas ou comentários sobre o estudo” (Fortin, 1999; ISCTE-IUL, 2022, p. 4).

Deste modo, durante a investigação foram salvaguardados e cumpridos, sem qualquer conflito de interesse todos os requisitos éticos, sendo eles: transparência; autodeterminação; confidencialidade; autonomia (ISCTE-IUL, 2022). O princípio da transparência garante-se através da explicação da fundamentação e objetivos da investigação, às instituições selecionadas e aos participantes envolvidos no estudo. O princípio da autodeterminação realiza-se através da participação voluntária dos participantes, após o conhecimento do tema e breve explicação das temáticas desenvolvidas ao longo desta dissertação. O princípio à confidencialidade descreve que apenas serão recolhidos os dados pessoais inerentes à realização do estudo e toda a informação disponibilizada pelos participantes será tratada de forma confidencial. O princípio à autonomia é descrito como cada participante é autónomo nas suas decisões e ações sem limitações, sem ter que justificar a ninguém, a não ser a si mesmo (Severino, 2015).

4. Análise e Discussão de Resultados

Neste capítulo analisa-se as entrevistas realizadas junto da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade baseada na junção dos conteúdos explorados no estado de arte e no quadro teórico-analítico. Deste modo, para o conceito Rede Social irá se explorar as dimensões estrutural, funcional e relacional-contextual; e para o conceito de Estigma, as dimensões estrutural, social e individual presentes no modelo de análise, consoante os objetivos de estudo previamente definidos.

4.1. Caracterização Sociodemográfica dos Entrevistados

	Género	Idade	Nº de elementos do agregado familiar	Situação Profissional	Parentesco	Nacionalidade	País de residência
E1	F	51	4	Comércio	Marido	Portuguesa	Portugal
E2	M	66	4	Reformado	Filho	Portuguesa	Portugal
E3	F	56	4	Cabeleireira	Filho	Brasileira	Luxemburgo
E4	F	39	4	Empregada fabril	Marido	Portuguesa	Portugal
E5	F	29	7	Desempregada	Companheiro	Portuguesa	Portugal
E6	M	74	2	Reformado	Esposa e Filho	Portuguesa	Portugal
E7	F	60	4	Cabeleireira	Filho	Brasileira	Brasil
E8	F	28	3	Empresária	Marido	Portuguesa	Portugal
E9	F	61	6	Auxiliar de serviços gerais	Filho	Brasileira	Brasil
E10	F	66	4	Psicóloga	Filho	Brasileira	Brasil
E11	F	47	4	Engenheira eletrotécnica	Companheiro (União de Facto)	Portuguesa	Portugal

Tabela 1: Caracterização Sociodemográfica dos entrevistados (elaboração própria)

Este estudo é composto por uma amostra de 11 elementos da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade, ou seja, indivíduos da família nuclear de nacionalidade portuguesa e brasileira. Os entrevistados na sua grande maioria são do género feminino (9) e apenas 2 participantes são do género masculino, a média de idade é de 52 anos e a moda da rede de apoio é de 4 elementos. Relativamente ao elemento do seu agregado que se encontra ou esteve em reclusão verifica-se na sua maioria foi filho (6), seguindo-se o marido (3), companheiro (2) e por fim, esposa (1).

4.2. A dimensão estrutural da reconfiguração da rede familiar (tamanho e qualidade dos vínculos)

Este objetivo tem como fundamento perceber as alterações que aconteceram na rede de apoio de indivíduos privados de liberdade. Para isso, é necessário analisar a rede social, tendo em conta o significado atribuído à rede, ou seja, identificar as características da rede do indivíduo, através da qualidade do vínculo e tamanho da rede (Capitanini, 2000; Sluzki 2007). Para averiguar sobre a qualidade do vínculo há que entender o vínculo da rede social antes, durante e após a reclusão de um dos elementos da rede.

No **período que antecede a reclusão**, os entrevistados foram questionados sobre a relação da rede antes da reclusão de um dos seus elementos. A grande maioria dos entrevistados refere uma relação normal, sem problemas (E2, E3, E4, E5 e E7): *“corria tudo bem, não havia qualquer problema (...) sempre fomos um casal muito unido, partilhávamos tudo juntos”* (E5) e o entrevistado 2 refere uma relação de harmonia.

Por outro lado, houve também entrevistados que caracterizaram esta relação como conflituosa (E1, E6 e E10), no período que antecede a reclusão. Mais especificamente, relatam dois fatores de risco presentes no estudo de Pereira (2017), o temperamento e reatividade emocional devido ao consumo de droga (E1 e E10), ou seja, *“(...)começou com essas drogas mais pesadas, ficou agressivo, rebelde de mais, não voltava para casa. (...) as verdades viram mentiras, os princípios mudam, a pessoa se transforma (...) brigou muito comigo e falou esquece que você tem filho e sumiu uns três meses”* (E10); outra situação falada foi a revolta sentida pelo entrevistado devido à condenação da sua esposa, *“(...) porque a minha mulher com 63 anos na altura, ela nem nunca tinha entrado numa esquadra e viu-se metida numa cena daquelas que nem foi dado nem achado porque quis defender o meu filho”* (E6).

Além disso, são descritos que alguns acontecimentos geram mudanças e, por consequência, alterações significativas para os elementos da rede que tornam os vínculos mais frágeis, são exemplos o divórcio (E10), o falecimento de um elemento da rede (E1) e a imigração (E3). Ainda se acrescenta o relato de um afastamento devido à incompatibilidade de o modo de vida entre os elementos: *“Nós vivíamos muito em mundos completamente opostos. (...) eu conheci-o, ele ainda estava em liberdade só que as nossas vidas não eram muito compatíveis, porque eu fui criada de uma forma e ele foi criado de outra forma e, para mim de certa forma não podia manter uma relação com ele. Eu quando o conheci, gostei muito dele e tudo mais, mas assim que percebi a vida que ele levava, eu tive de me afastar um pouco.”* (E8).

No **período durante a reclusão**, quando questionados sobre o impacto da reclusão nos membros, os entrevistados afirmaram que ao *“princípio foi um choque”* (E6), houve sentimentos de sofrimento, desilusão, desmotivação (E1, E7 e E9) e solidão (E6), interrogações sobre se o percurso poderia ser outro (E2 e E10) e uma das entrevistadas afirmou *“sinto-me usada e magoada pela parte do meu marido”* (E1). O sentimento de solidão referenciado pelo entrevistado 6, deve-se ao facto de não sentir

o apoio da sua rede, apenas a sua nora o apoiou nos momentos de ir à visita: *“filha era porque tinha de trabalhar (...) outras vezes não podia ir aos sábados era assim que eu não admitia (...) O meu filho era porque mandava lá a minha nora, o outro meu filho era porque estava preso também com ela.”*

Apesar de todas as dificuldades que testam o vínculo familiar, há alguns entrevistados que afirmam ter acompanhado o seu familiar durante todo o processo (E2, E3, E4 e E10), havendo a referência que durante este processo o lado parental não esteve presente (E3 e E10), *“o pai dele não deu suporte nenhum”* (E10). Relativamente à relação entre os membros, a maioria dos entrevistados afirma que se mantém unidos (E1, E4, E7, E8, E9 e E10), isto é, *“família reuniu mais, ficou mais unida, para a gente ter o nosso filho de volta”* (E9). Deste modo, destaca-se o tamanho e qualidade da rede, como apoio para os entrevistados (E1, E4, E8, E9 e E10) para enfrentarem este momento de fragilidade para a rede, sendo eles, a família nuclear (E1, E4 e E7), a família alargada (E1, E7 e E8), meio profissional (E4 e E10) e por fim, o *“terapeuta”* (E10).

Deste modo, irá se exemplificar como os entrevistados demonstraram o apoio que sentiram: relativamente à família nuclear destaca-se *“Os meus filhos preocupam-se muito comigo”* (E1); a família alargada engloba o suporte da nora, consogros (E1 e E7) e pais da entrevistada, *“Foram muito meus amigos, ajudaram-me sempre em tudo, sempre que era preciso alguma coisa eles tiveram do meu lado (...) os meus pais perceberam que esta era agora a minha vida e que esta era a minha luta e fizeram sempre parte dela até agora”* (E8); no meio profissional as entrevistadas relatam a compreensão e suporte dos superiores perante a situação (E4 e E10), sendo que *“(...) eu trabalhava numa seguradora de banco, (...) para você ter uma ideia, o meu superintendente, uma vez me deu de presente uma passagem de ida e volta”* (E10); o terapeuta interveio numa fase inicial quando a entrevistada soube que o filho estava detido e no período seguinte, de modo a aconselhar e acolher nos momentos de desesperos sentidos pela entrevistada, por conta da condenação e da distância (E10).

Duas das entrevistadas por conta da distância, além da rede de apoio que tinham no seu país, conseguiram também criar relações de grande proximidade com pessoas em Portugal (E7 e E10). Estas novas relações tiveram como propósito o acolhimento durante o período de visita ao seu familiar em Portugal, seja através de hospedagem, apoio moral e acompanhamento durante esse período.

Por fim, um ponto igualmente importante foi a tomada de decisão de limitar quem sabia da situação pela qual estavam a passar, de modo a proteger a própria rede (E7, E9 e E11), *“Pouquíssima gente soube (...) Então nós combinamos nós, em família, o marido, o outro filho guardar isso, a não ser para aquelas pessoas que fazem parte da intimidade da família.”* (E7).

No **pós reclusão**, o reencontro dos elementos em liberdade é caracterizada como *“foi difícil, foi muito difícil, mas vencemos”* (E9) e *“Agora graças a deus tudo já se normalizou”* (E6). Porém, aquando da saída há o relato do receio de a rede não ter capacidade para lidar com todos os traumas e represálias do tempo que o seu familiar passou na prisão (E2 e E11). A adicionar a isto é a libertação em plena pandemia, descrita da seguinte forma *“(...) onde nós as coisas não são fáceis, para ele também não estão. Isto são frustrações atrás de frustrações diárias, depois há sempre outras guerras, há sempre*

palavras malditas, discussões em casa, famílias completamente normais, funcionais, com tudo só que pronto, isso aconteceu.” (E11).

Por consequente, os elementos da rede têm um papel fundamental para a reinserção do seu familiar, todo o apoio e motivação durante e após a sua libertação levam a que estejam inseridos na sociedade (E3, E7 e E10), além disso também é relatado que *“Ele aprendeu muito aí.” (E9)*, ou seja, durante o tempo que passou no estabelecimento prisional. Outro aspecto a ter em conta para a reinserção é o funcionamento da rede de apoio, isto é, *“consegui dentro da minha rede com que isso aconteça, a nível de médicos, assistências e de tudo, ok. Ele é tratado e inserido na sociedade completamente como, não vou dizer como se diz, mas como se uma pessoa normal se tratasse.” (E11).*

Por fim, há descrição da tomada de consciência de um mundo (prisão) que era completamente estranho para o entrevistado (E2), ainda se acrescenta o relato da dificuldade porque não há uma preparação para lidar com toda a situação e de tudo o que advém dela (E11).

4.3. Os apoios desenvolvidos pela rede

Para a compreensão e análise deste objetivo, é necessário situá-lo na dimensão funcional do conceito de rede social, pois segundo o estudo de Touraut (2019), a rede familiar é a primeira linha de apoio para um familiar condenado. Sendo assim, definiu-se cinco indicadores que diferenciem os tipos de apoio prestados, sendo eles: interação positiva, apoio de substituição, apoio à identidade, apoio moral e apoio prático (Clemmer, 1940; Paperman, 2005; Guadalupe, 2017; Touraut, 2019).

No que diz respeito à **interação positiva**, obteve-se perspectivas distintas, por um lado uma interação de ambas as partes, *“quando vi ele nessa situação, para mim fazer aquilo era fácil porque não era eu só que transmitia para ele, ele também me transmitia carinho, afeto então ficava mais fácil” (E3)*, ou seja, houve um apoio mútuo entre os elementos da rede. Por outro lado, segundo um dos entrevistados, esta interação positiva surgiu como ponto de viragem no percurso do cumprimento de pena, *“eu acho que apareci na vida dele novamente na altura certa, porque acho que ele não ia conseguir ter animo para viver mais, se não tivesse onde se agarrar, onde pudesse criar sonhos novamente, onde pudesse ter objetivos, acho que foi mesmo na altura certa” (E8)*. Acrescentando ainda o facto, de a família não julgar pelo ato cometido, isto é, *“Eu acredito que dava a ele a certeza de que nós estávamos com ele, independente de qualquer coisa, porque não o condenávamos.” (E7).*

No **apoio de substituição**, a rede social age sobre situações nas quais o indivíduo privado de liberdade não tem capacidade para agir (Touraut, 2019). Os exemplos descritos pelos entrevistados são: pedido de mudança de Estabelecimento Prisional para estar mais perto da residência familiar (E11), *“consegui arranjar, pronto ele no fim de sair tem trabalho garantido” (E4)*, relatos de queixa à ordem dos médicos sobre falta de assistência médica (E2) e *“guardas não podem entrar na cela de um recluso sem autorização do diretor ou da DGRSP, um dia o meu marido chegou à cela e tinha as coisas dele*

completamente reviradas, logo de imediato eu entrei em contacto com o EP fiz uma queixa contra a situação e contra os guardas, (...) mas isso é um trabalho que cada familiar tem de fazer também cá de fora” (E8), por fim, há a tentativa da rede em proporcionar a continuação dos estudos ao seu familiar, “(...) providencia-se-mos todo o processo de inscrição na universidade aberta (...). Fizemos tudo isso, pagamos tudo o que havia a pagar” (E2). O referido pelo entrevistado 4 vai de encontro ao que é referido no quadro teórico-analítico, no sentido de auxiliar a reinserção social, visto que conseguiu emprego assim que terminou a sua condenação (Paperman, 2005).

O **apoio à identidade** consiste nos laços familiares nutrirem o sentimento de pertença (Paperman, 2005). Este apoio surge através de palavras de esperança e de conforto: *“ela sabe que tinha sempre o marido ali, o mesmo companheiro que tinha cá fora” (E6), “conversando com ele, orientando ele para ficar tranquilo, que a mãe estava aqui, pai estava aqui, nós estava aqui para abraçar ele de novo” (E9). Nos casos em que a rede de apoio se encontrava muito distante do seu familiar, este apoio ocorre através da troca de cartas ou fotos: “família mandava cartas para ele, ele mandava fotos dele, sabe bem e foi essa a maneira de apoiar” (E10).*

O **apoio moral** representa o suporte da rede de apoio para melhorar a forma como o indivíduo privado de liberdade lida com a nova realidade e o seu dia-a-dia (Touraut, 2019). Segundo os entrevistados este apoio resulta na presença regular nas visitas (E3, E5, E6), *“eu ia toda a semana na prisão (...) sempre quis dar esse carinho, esse apoio” (E3) e, sinais de afeto (E1, E2, E3, E8, E10), “Durante a visita eu estou sentada numa cadeira e ele está na dele, abraçamo-nos, tocamos, damos beijinhos, somos muito fofinhos um com o outro, não discutimos, conversamos, mas sem discussões” (E1) e “apoio afetivo era maior, dei mimos” (E10).*

O **apoio prático** resulta de ações para mitigar a austeridade na prisão, segundo o relatado pelos entrevistados, neste tipo de apoio insere-se o envio de dinheiro (E3, E5, E6, E8, E10), comida (E3, E6, E8, E10, E11) ou roupa (E3, E8): *“a gente podia deixar assim um dinheiro se ele precisasse de alguma coisa, (...) levava a comida de casa, eu levava a roupa dele já lavada” (E3). A descrição feita pela rede de apoio vai de encontro ao descrito no quadro teórico-analítico referenciado por Paperman (2005).*

Deste modo, estas diferentes formas de apoio exercidas pela rede de apoio de indivíduos privados de liberdade têm como objetivo minimizar as ações negativas da prisão através de ações de cuidado (Touraut, 2019), estas ações são relatadas como:

“A palavra, confortá-lo com a palavra (...) A coisa que eu e a mãe íamos sempre fazendo era através da palavra dizer que era mais um dia, esquece isto vai passar tens é de olhar para o futuro” (E2).

“A gente foi procurando para que ele tivesse uma qualidade de vida melhor, lá dentro (...) Condição emocional de lidar com situações que pudessem surgir e nesse nosso afeto e nessa nossa atenção ele ter forças para superar isso” (E7).

4.4. Fragilidades relacionais da rede de apoio após o contacto com a realidade prisional

De modo a analisar as fragilidades relacionais, é necessário perceber o esforço para manter uma relação entre a rede de apoio e o indivíduo privado de liberdade (McKay, 2018). Conforme evidenciado nos estudos de Ferreccio (2019) e Touraut (2019), que exploram a vivência da rede de apoio de pessoas privadas de liberdade durante o cumprimento de pena de um familiar, esta é descrita como uma experiência prisional alargada. Tal experiência é exemplificada pelo participante E9, que expressa: *“Porque é muito triste, quando um filho vai para a prisão, vai a família toda, eu fiquei o tempo inteiro presa junto com ele, meu coração estava lá.”*

Assim sendo, esta experiência tem como consequências lidar com a separação, a quebra de relacionamento direto, custos recorrentes e o confronto com a prisão. Posto isto, situamos este objetivo na dimensão relacional-contextual do conceito de rede social.

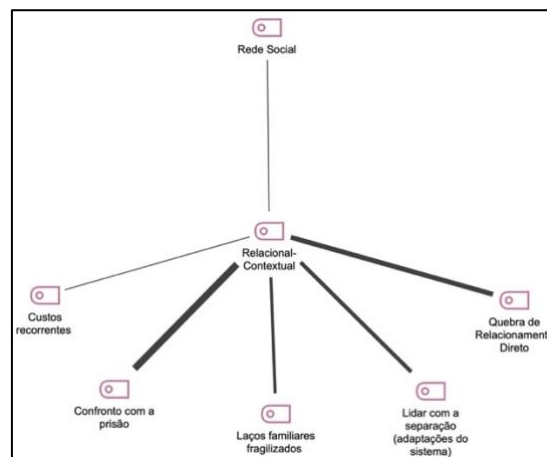


Figura 1: Relação entre códigos extraída do MAXQDA (Nota: A espessura das linhas diz respeito à intensidade da relação entre códigos)

Primeiramente, é necessário analisar esta relação, visto que segundo os estudos presentes no Estado de Arte haverá uma quebra de relacionamento direto (Alarcão e Simões, 2010) e fragilidade dos laços familiares (Pereira, 2017) devido à rutura da relação imposta pela privação da liberdade de um dos elementos. Sendo assim, segundo os entrevistados esta **quebra de relacionamento direto** é colmatada pelos contactos telefónicos regulares (E1, E4, E6, E8). Porém, esta quebra acarreta preocupações inerentes à condenação, quando questionados sobre esta temática, os entrevistados referem preocupações relativas à estabilidade/saúde mental (E1, E4, E5), *“Ele até já teve pensamentos suicidas. O que mais me preocupa é ele ter esses pensamentos e eu ficar sem ele”* (E4); a violência na prisão (E6, E7, E10), *“Eu tinha medo dele se envolver em alguma coisa ruim, não se aguentar e se envolver. Tinha medo de que alguém fizesse alguma coisa com ele, (...) tinha muito medo disso e de ele fraquejar e/ou de sofrer de alguma coisa.”* (E10); duração da pena (E8) e as retaliações dos guardas prisionais, quando a rede de apoio demonstrava o seu desagrado com diversas situações (E2, E8, E11), *“chegavam a*

colocar sempre um guarda nas costas do meu filho para estarem a escutar tudo aquilo que eu lhe dizia ou a conversa que nós tínhamos, de forma ostensiva para tentar pressionar em ambiente prisional” (E2).

Relativamente aos **laços familiares fragilizados**, os entrevistados relatam sentimento de revolta e de frustração (E1, E2, E8, E11), *“leva a que muitas das situações, as pessoas fiquem mais frustradas (...) muitas das frustrações cá fora (...) revolta”* (E11), seja pelo facto da duração da pena, funcionamento da prisão e as consequências de ter cometido o crime e a rede ficar privada da companhia do elemento preso; referem também os danos colaterais para a rede, visto que, afeta a rede como um todo e em especial as crianças (E2, E4, E5, E7), *“é uma situação constrangedora que envolve toda uma família no seu todo, não é fácil nem desejável, não é só o próprio que é vítima, tem fortes danos colaterais”* (E2) e *“Isto afetou muito, afetou os meus filhos, afetou a mim (...) muito doloroso para os meninos”* (E4), por fim, um dos entrevistados afirma estar sozinho para lidar com esta nova realidade na sua vida, *“no fundo era eu, era eu sozinho, ela não tinha mais ninguém”* (E6).

Após a reclusão de um familiar, segundo Touraut (2019), a rede de apoio experiêcia redução do rendimento familiar e criação de geração de famílias monoparentais. Isto leva a **adaptações do sistema para lidar com a separação**. Por isso, após questionados sobre estas possíveis adaptações os entrevistados descrevem dificuldades financeiras (E1, E4, E5, E6), *“afetou tudo, porque era o único que trabalhava, era o sustento da família”* (E5) e *“Dificuldades foram tentar não passar fome, mas passei”* (E6); gestão familiar refere-se como *“É difícil organizar a casa sem mais uma cabeça para ajudar, neste caso que é ele. Neste momento estou a ser mãe e pai.”* (E4); mudança de residência descrita como *“Tive de fazer uma mudança totalmente, tive de alugar uma casa na localidade do EP (...) tive de mudar a minha vida totalmente para ficar junto dele, para ele não estar abandonado”* (E5); e apoio formal (E1, E3, E6, E7, E10). O apoio formal incide principalmente junto dos entrevistados que residem fora de Portugal, este apoio resulta em ajudar estas famílias em todo o processo para realizarem a visita ao seu familiar preso, é exemplo o que seguinte entrevistado refere, *“É que foi essa doutora que me proporcionou, que foi canal para mim para poder fazer isso, ela me acolheu, ela me fez toda a via. (...) Ela conseguiu um lugar para eu ficar esse tempo, porque eu como cabeleireira, (...) ela conhecia uma pessoa e essa pessoa tinha um salão e essa pessoa me hospedou e eu fiquei ajudando ela no salão dela.”* (E7). O apoio formal junto dos entrevistados portugueses advém das dificuldades financeiras (E1) e, por isso recebem apoio para as despesas familiares (renda, água, luz) e cabazes alimentares.

Outra forma de lidar com esta separação, descrita também como uma adaptação é a visita, *“adaptações eram nós irmos visitá-lo”* (E11). A grande maioria dos entrevistados relata a presença regular nas visitas (E2, E3, E8, E1, E2, E11), *“Todas as semanas vou à visita normal, uma vez por mês tenho a visita íntima”* (E8); mas há quem referencie a dificuldade em ir às visitas com regularidade; no caso da entrevistada que reside em Portugal refere *“só o vêm ao fim de semana, porque ele está longe, longe de casa”* (E4) e por outro lado, entrevistada que reside no Brasil diz *“Eu fui bastante vezes, eu ia de 3 em 3 meses, de 6 em 6 meses”* (E10). Porém, o facto de querer estar presente, como é o caso da

deslocação para realizar as visitas, acarreta **custos acrescidos para o seio familiar**, como afirma a seguinte entrevistada: *“cada vez que lá vou tenho de gastar cerca de 70€, por fim de semana e não é fácil com o ordenado mínimo e depois gerir a casa, água, luz, gás, comida, os meninos na escola”* (E4).

Após a partilha das formas de contacto estabelecidas com o seu familiar, entre elas as visitas, os entrevistados são questionados sobre a realidade vivenciada no período que antecede e durante a visita, visto que estes ficam sujeitos às regras e normas da prisão. Havendo relatos divergentes sobre as vivências **experienciadas nas visitas**, alguns fatores a ter em consideração são que as experiências ocorrerem em diferentes estabelecimentos prisionais do país, haver reincidência criminal, duração da pena e o facto de já ter trabalhado no EP onde o seu familiar se encontrou em reclusão.

Primeiramente, menciona-se não haver impactos negativos nesta vivência prisional (E1, E7, E10), *“Eram regras, era a vistoria nos alimentos que eu levava (...) Eu não achei nem assim, uma anormalidade pelo menos a onde eu estive, nada que me agrediu, nada que me violentou nesse sentido”* (E7); porém uma das entrevistadas relata o receio inicial: *“No início é muito difícil, eu me lembro que na primeira vez tive que tirar a roupa sabe, e tinha medo, tinha muito medo (...) Mas a minha experiência era de muito respeito nos presídios, sabe eu acho que os guardas eram muito respeitosos (...) a sensação que eu tinha era que compreendiam a situação”* (E10).

Por outro lado, temos uma perspetiva negativa desta experiência, como é descrito no estudo de McKay et al. (2018), em que as famílias relatam o desagrado com o ambiente prisional (E2, E3, E5, E8, E11). Três dos entrevistados relatam o trato humilhante e o não cumprimento com o exigido pelos guardas, tinha como consequência a impossibilidade de realizar a visita:

“Avassaladora. Vigiada inúmeras, inúmeras vezes, com rusgas, rusgas de nua integral (...) fui chamada ao diretor várias vezes, a que me chama a atenção, sabe que isto é proibido. Eu só lhe respondi porque se eu não fosse, se eu não obedecesse, eu não entrava e eu sabia que se eu não entrasse iria ser mais uma semana, iria ser mais um tempo, iria ser mais tudo” (E11)

Uma outra realidade descrita, são as revistas ostensivas, principalmente junto das crianças, em que os entrevistados referem que o guardas *“eles têm medo que a gente leve alguma coisa”* (E4 e E5):

“tem 13 anos (...), então acaba por não querer ir, porque é o que ele diz, o meu filho é diabético e ele tem aparelho no braço, ele apita sempre que passa ou seja, o meu filho tem de ser sempre revistado e ele pronto é uma criança e não aceita isso (...) há 9 meses já sabem qual é o problema e estarem sempre a massacrar com a mesma coisa” (E5)

Por fim, os entrevistados que reportavam todas as irregularidades que aconteciam para com o seu familiar relatam esta experiência como uma implicância quer para a rede, quer para o seu familiar recluso em termos de incómodo e desconforto (E2 e E8):

“Comecei a ser persona não grata nas visitas, o que me incomodou porque até me faziam o favor de me atenderem só com os polícias ou com todos os guardas prisionais e não deixavam entrar mais ninguém” (E2)

Após a descrição dos relatos dos entrevistados, é possível verificar que a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade fica expostas a diversas adversidades após a reclusão de um dos seus elementos, gerando fragilidades relacionais para a rede de apoio geradas pela adaptação e rearranjo dos sistemas ao seu quotidiano (Alarcão e Simões, 2010). Estas adversidades desafiam a identidade familiar dos elementos em liberdade, visto que há uma esforço da rede em manter uma relação com o seu familiar preso (McKay, 2018).

4.5. Dimensões do estigma e a sua influência no desenvolvimento de oportunidades da vida pessoal e social

Segundo o estudo de Lesson e Morgan (2019), este faz referência à extensão do estigma aos familiares, devido às intervenções desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais, tendo como resultado a distribuição desigual de status na sociedade, em termos de direitos e de oportunidades. Posto isto, analisar-se-á as três dimensões (estrutural, social e individual) do estigma segundo a autoperceção do estigma da rede de apoio e a sua influência no seu quotidiano.

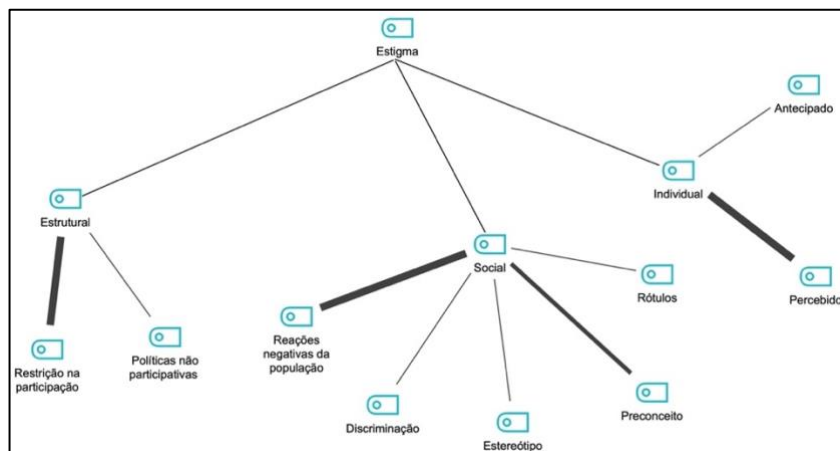


Figura 2: Relação entre códigos extraída do MAXQDA (Nota: A espessura das linhas diz respeito à intensidade da relação entre códigos)

O **estigma estrutural** resulta de resistências sociopolíticas que restringem de alguma forma a oportunidade dos grupos estigmatizados a participarem na sociedade (Corrigan et al., 2005). Esta dimensão de estigma irá analisar-se de acordo com o indicador “restrições ou políticas não participativas”, isto é, os participantes ficarem impedidos de bens ou serviços pelo facto de ter um elemento da sua a rede a cumprir pena de prisão. Quando entrevistados, a maioria dos participantes diz não ter qualquer restrição a este nível (E1, E2, E3, E6, E7, E9, E10, E11), por outro lado há duas participantes que referem a negação de determinado emprego ou serviço: “Quando ele foi preso eu

comecei a trabalhar e sabendo que eu era mulher de um recluso, mandaram-me embora.” (E4) e “nós queremos tratar de alguma coisa nunca conseguimos (...) Para registar a filha outro filme, tive todos os dias a ligar, a ligar para a direção geral entre outras coisas” (E5).

O **estigma social** resulta de reações negativas da sociedade sobre um indivíduo, sendo dimensões deste construto as percepções da rede de apoio familiar sobre como a sociedade percebe o fenómeno da reclusão. Três das entrevistadas referem que a sociedade coloca rótulos (E3, E4, E5), descrito como *“eu que sou mulher não tenho de levar pelos crimes do meu marido ou essas coisas (...) neste caso não há civismo, a gente acaba por ser rotulada como mulheres de um recluso.”* (E4). A partir deste, surgem as reações negativas da população. A afirmação que melhor descreve o que a maioria dos entrevistados relata é *“Continua a não perceber, continua a marginalizar e continua a apontar o dedo, da forma mais rude e mais, como é que eu hei de dizer, rude, mesquinha, maquiavélica”* (E11). Faz-se referência também à falta de interesse em saber o “porquê” da reclusão e quando se fala do tema resulta numa situação estigmatizante, porque *“a sociedade não está montada, continua não estar montada para isso é um problema da educação, para os quais a própria comunicação social amplia não mitiga, não resolve, portanto, deixa que essa situação se amplie.”* (E2).

Estas reações e o rótulo descrito pelos entrevistados geram outras atitudes estigmatizantes, sejam elas através da discriminação, estereótipos e preconceito. Quanto à discriminação, uma das entrevistadas (E3) refere que esta surge da sociedade e por parte das autoridades, além disso também é dito que *“sou mulher de preso sou discriminada”* (E5). Relativamente ao estereótipo, os entrevistados descrevem que a sociedade projeta uma opinião negativa sobre a rede, visto que veem o comportamento criminoso do elemento preso ser estendido aos elementos da rede (E4 e E5), ou seja, *“porque ele foi aquilo, porque ele é assim ou porque é assado, porque se calhar ela é igual.”* (E4). Por fim, o preconceito é relatado segundo duas perspetivas: a primeira surge como *“Então somos preconceituosos para com aqueles que consideramos diferentes”* (E7). Por outro lado, os entrevistados descrevem um julgamento sem fundamento, destacam a falta de conhecimento por parte da sociedade em relação à realidade prisional e às consequências para a rede de apoio do indivíduo privado de liberdade (E1, E3 e E10), *“Porque julgam falam, não têm conhecimento, não sabem sequer do que estão a falar, então acho que há certas pessoas que deviam passar só um bocadinho do que um recluso passa lá dentro e do que a família do recluso passa cá fora.”* (E1).

O estigma individual ocorre segundo duas dimensões: o antecipado e o percebido. O **estigma individual antecipado** caracteriza-se pela preocupação e/ou antecipação a situações futuras relacionadas com a sua identidade (Quinn e Chaudoir, 2009). A partir dos entrevistados obtivemos três perspetivas sobre este tema: os que relatam alguma reserva e/ou tentam não se aproximar muito das pessoas (E2 e E5) porque afirmam que *“há sempre uma má palavra”* (E5); e por outro lado há entrevistados a referir a reserva em partilhar o facto de ter um elemento da rede privado de liberdade, devido ao receio das consequências e da própria fragilidade em lidar com a situação (E7, E8, E11). As justificações dadas para tal foram: *“(…) nós conhecemos as nossas limitações e nós sabemos que somos*

preconceituosos” (E7), “(...) porque eu achava que as pessoas não estão ainda muito preparadas para aceitar isso e perceberem e meterem na cabeça que qualquer um de nós comete um crime” (E8) e “Se soubessem, sei que teria, sei que isso teria acontecido, não tenho a menor dúvida, mas não tenho dúvida nenhuma.” (E11); outra perspectiva distinta das restantes é imporem-se a situações que levassem ao estigma, ou seja, uma antecipação às consequências negativas associadas descritas como: “porque eu nunca deixei (...) para isso acontecer tinha de baixar a cabeça e me sentir coitada” (E3) e “Então eu exigia muito respeito comigo, acho que pela minha postura, pela minha maneira de lidar com isso. Então eu realmente não sofri, não tenho experiência nenhuma.” (E10).

O **estigma individual percebido** corresponde à percepção da rede de apoio de atitudes estigmatizantes da sociedade e/ou indivíduos em relação a si (Moore et al., 2013). Após questionados sobre este assunto, a maioria dos participantes relata não haver mudanças na relação com as pessoas da sociedade (E1, E2, E3, E9 e E10), referindo o carinho e apoio das pessoas mais próximas para com o entrevistado e para o seu familiar em reclusão (E1), “*Mas se calhar aprendi também a conviver com a situação*” (E2). Há quem também não permita que os indivíduos cheguem perto delas com essas atitudes (E3 e E10) e a distância entre o local de residência e onde o seu familiar estava a cumprir pena de prisão (E9) como elementos facilitadores da relação. Outros entrevistados relatam o afastamento das pessoas (E4, E5 e E6), visto que “*julgar será sempre o lado mais fácil neste caso*” (E5), alguns dos exemplos descritos é deixar de haver preocupação para com os entrevistados e para com os filhos (E4) e “*souberam o que me estava a acontecer e eles olhavam-me assim de relance (...) se eu estivesse numa mesa no café, eles iam para outra*” (E6). Por fim, uma das entrevistadas relata a extensão do estigma aos filhos (E5), ou seja, passaram a ser tratados por “*filhas do preso*”, em ambiente escolar há o gozo por parte dos colegas e “*minha filha é um bocada posta de parte devido ao pai estar preso*”.

É notório após a análise das dimensões do estigma social e do estigma individual, que os diferentes indicadores se relacionam entre si. O estigma individual percebido relaciona-se com maior frequência ao preconceito, às reações negativas da população e ao rótulo; igualmente no estigma individual antecipado verifica-se uma maior correlação com as reações negativas, existindo também uma relação com o preconceito, como demonstra a seguinte figura:

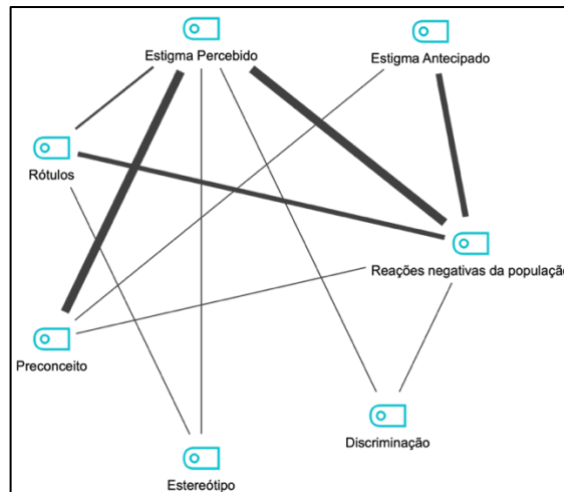


Figura 3: Modelo de Coocorrência de códigos (sobreposição de códigos) extraída do MAXQDA (Nota: A espessura das linhas diz respeito à intensidade da relação entre códigos)

Os elementos da rede de apoio do indivíduo privado de liberdade sofrem com atos cometidos pelo seu familiar, caracterizando-se pelo estigma de cortesia, ou seja, trata-se do processo através do qual a identidade dos elementos da rede é “manchada” em virtude da associação com um indivíduo estigmatizado (Goffman, 1963). Sendo assim, esta associação acarreta influências para o dia-a-dia da rede de apoio, sendo elas ao nível da empregabilidade, no relacionamento em sociedade e no próprio bem-estar. Concluindo, para os entrevistados afetados pelas dimensões do estigma, a afirmação que melhor descreve a nova realidade vivenciada é *“Ele foi condenado, mas eu acho que também estou a ser condenada, todos os dias porque por exemplo passo na rua já não tenho nome, sou a mulher daquele que está preso (...) desde o momento em que vou ao supermercado, vou aqui vou ali sou vista como um bicho à sociedade”* (E5).

4.6. Cruzamento entre variáveis dos conceitos de rede de apoio e estigma

Como referenciado nos objetivos específicos desenvolvidos e explorados anteriormente, a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade representa um elemento fundamental durante todo o processo de reclusão. Porém, isso acarreta dificuldades e constrangimentos para esta rede.

Após a exploração dos objetivos específicos, foi possível verificar neste estudo quatro cruzamentos entre indicadores: a) tamanho da rede, laços familiares fragilizados e lidar com a separação; b) o tipo de apoio e tamanho da rede; c) o tipo de apoio e confronto com a prisão; d) tamanho da rede e a percepção do estigma.

Relativamente ao tamanho da rede, foi possível verificar que a grande maioria dos entrevistados apresenta boa estrutura de apoio para a rede (E1, E2, E3, E7, E8, E9, E10), ou seja, o tamanho. Enquanto

os outros três entrevistados não descrevem relações de grande proximidade com outras pessoas, por isso constata-se a falta de apoio e por consequência, uma rede de apoio mais fragilizada (E4, E5 e E6). A partir deste pressuposto, irá ser possível averiguar que os participantes que demonstram ter um tamanho de rede de apoio considerável, apresentam maior resiliência para enfrentar as consequências que advêm de ter um familiar preso (E1, E2, E7, E8 e E10).

Na dimensão relacional-contextual apresentam-se dois indicadores: laços familiares fragilizados e lidar com a separação. Nos laços familiares fragilizados evidencia-se que os participantes que apresentam fragilidades relacionais, seja através da: a) revolta e/ou frustração (E1, E2, E8 e E11); b) danos colaterais, tal como influência da pena no dia-a-dia da rede (E2, E4, E5 e E7); c) a solidão para lidar com a situação. Do mesmo modo, em lidar com a separação os participantes indicam d) dificuldades financeiras (E1, E4, E5 e E6); e) dificuldades na gestão familiar (E4); f) e mudança de residência (E5). Por isso, os indicadores referenciados correspondem aos participantes com uma rede de apoio mais débil e, por isso são os entrevistados que mais sofrem com as vulnerabilidades relacionais, após o contacto com a realidade prisional.

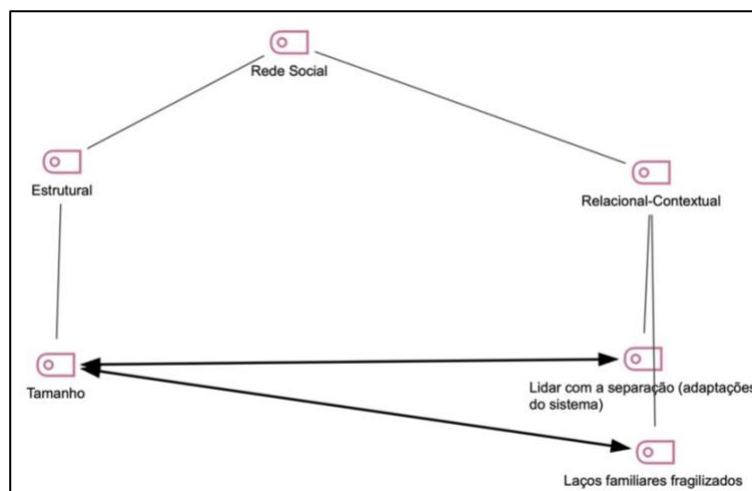


Figura 4: Modelo de Coocorrência de códigos (sobreposição de códigos) extraída do MAXQDA

Relativamente à dimensão funcional da rede de apoio, ou seja, o apoio prestado pela rede para mitigar a austeridade da prisão, todos os entrevistados relatam uma participação ativa nos diferentes tipos de apoio, porém há que destacar três deles: interação positiva, apoio à identidade e apoio de substituição, que se relacionam com a qualidade e tamanho da rede. Assim, verifica-se na interação positiva, que não julgar o ato cometido pelo seu familiar e o apoio familiar (E3, E7 e E8) coincide com os participantes com a rede bem estruturada. De igual modo, esta correspondência também se verifica no apoio à identidade (E9 e E10) e no apoio de substituição (E2 e E8).

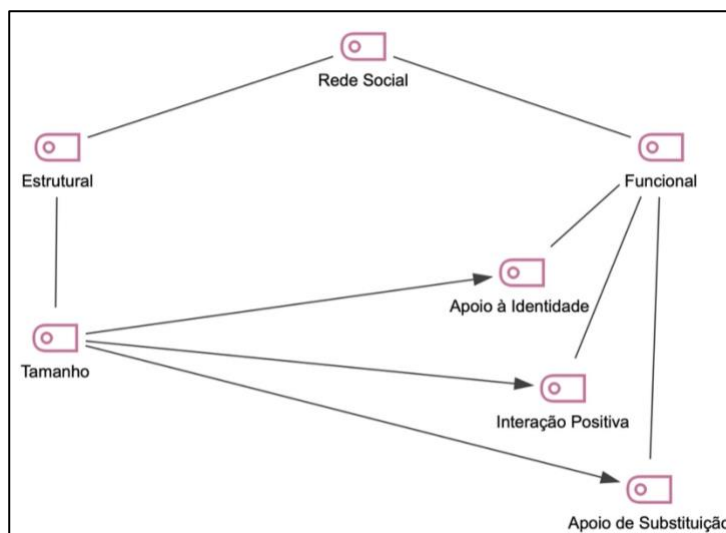


Figura 5: Modelo de Coocorrência de códigos (sobreposição de códigos) extraída do MAXQDA

Ainda sobre o apoio prestado pela rede, os entrevistados que prestam apoio ao seu familiar, seja ele o apoio à identidade (E6 e E10), apoio de substituição (E2 e E8), o apoio prático (E3, E5, E8 e E10), o apoio moral (E2, E3, E5 e E8) e a interação positiva (E3 e E8) ficam sujeitos às regras da prisão. Por isso, os participantes que demonstram apoio mais presente, coincidem com aqueles que têm um maior confronto com a prisão, seja através do desagrado em ambiente prisional (E2, E3, E5, E8, E11) e o não cumprimento com o exigido pelos guardas, tinha como consequência a impossibilidade de realizar a visita (E3 e E11).

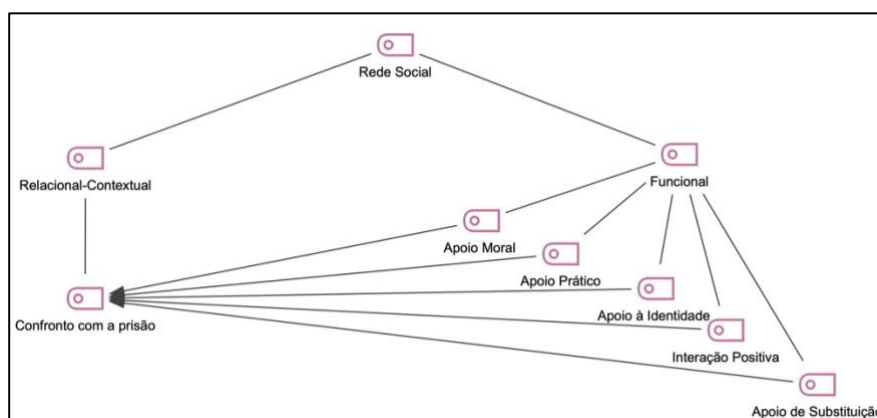


Figura 6: Modelo de Coocorrência de códigos (sobreposição de códigos) extraída do MAXQDA

Por fim, os entrevistados que aparentam ter uma autopercepção negativa do estigma (são exemplos as políticas não participativas ou restrições, rótulos e estereótipos (E4 e E5)) e, a percepção dos

entrevistados sobre atitudes estigmatizantes sobre si (relatos de afastamento das pessoas (E4, E5 e E6)), coincidem com o facto de ter uma rede de apoio mais fragilizada. Por outro lado, os entrevistados que aparentam ter uma boa rede de apoio também relatam algumas perceções de estigma, mas não dão tanta relevância e encaram as pessoas sem preocupação com o que a sociedade possa achar e/ou pensar sobre a situação que vivenciam (E2, E3, E10, E11).

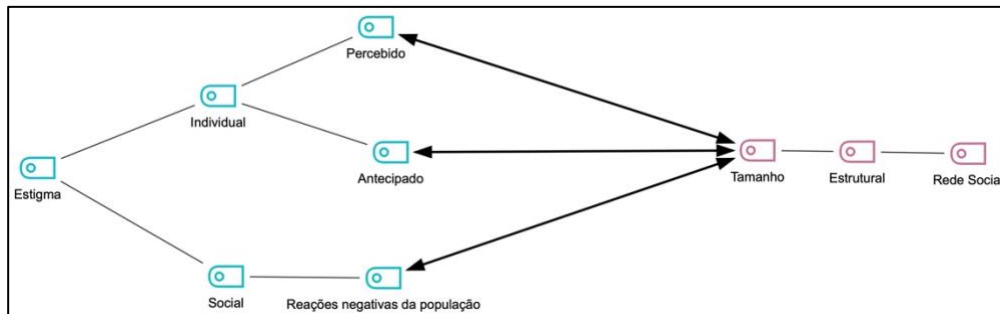


Figura 7: Modelo de Coocorrência de códigos (sobreposição de códigos) extraída do MAXQDA

5. Conclusões

Ao longo da presente dissertação, as questões de partida e os objetivos específicos estabelecidos foram explicitados através da metodologia do estudo. A partir dos dados foi possível compreender os conceitos de rede de apoio e de estigma através das suas dimensões, possibilitando um entendimento sobre o papel da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade, bem como as fragilidades que advém de ter um familiar em reclusão. Nesta conclusão, irão ser apresentados resultados sumarizados dos objetivos específicos e a partir destes, propor linhas orientadoras para a prática profissional. Também apontaremos para possíveis direções futuras de pesquisa e intervenção.

Sobre o primeiro objetivo específico “*Analisar a re-configuração da rede familiar, em termos estruturais (tamanho e qualidade dos vínculos)*”, foi possível analisar o apoio e dinâmica familiar entre os elementos da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade e o envolvimento da família alargada na assistência aos entrevistados nos períodos antes, durante e após o cumprimento de pena de um dos seus elementos. Em termos sociais verificou-se uma boa relação profissional entre os empregadores e colegas com o entrevistado, sendo que a rede de amigos surge como estratégia para salvaguardar a privacidade da rede e da pessoa a cumprir pena de prisão, visto que os amigos são o melhor suporte para gerir esta dimensão no seio familiar. Na fase que antecede a reclusão, os entrevistados descrevem uma relação normal e harmoniosa, destacando a união e a partilha, acrescentando-se ainda relatos de relações conflituosas, associadas a fatores de risco, como temperamento e reatividade emocional devido ao consumo de drogas. Durante a reclusão, faz-se a ressalva do impacto da prisão nos membros da rede, existindo sentimentos de desmotivação, choque, sofrimento, desilusão e solidão. É nesta dimensão que se percebe o tamanho e qualidade do vínculo, através da descrição dos entrevistados sobre como o meio envolvente os apoia neste momento. Após a reclusão, o reencontro dos membros foi descrito como desafiador, com receios sobre a capacidade de a rede lidar com os traumas do período prisional. Além disso, fez-se referência à importância da rede na reinserção do familiar na sociedade através do apoio e motivação durante a transição.

Quanto ao objetivo específico “*Categorizar os diferentes tipos de apoios desenvolvidos pela rede*”, são relatados todos aqueles que são prestados pela rede ao seu familiar preso, de modo a melhorar o seu bem-estar emocional, as estratégias utilizadas para mitigar a austeridade, solidão e desafios e, a assistência prática relacionada com o apoio financeiro.

Relativamente ao objetivo “*Identificar as fragilidades relacionais da rede de apoio após o contacto com a realidade prisional*”, centra-se na gestão da crise e a relação estabelecida com o seu familiar em meio prisional. Por isso, analisa-se a forma como a rede lida com os desafios resultantes da reclusão de um dos seus elementos, ou seja, a quebra do relacionamento direto, os laços familiares fragilizados, lidar com a separação e o confronto com a prisão. Para fazer face a estes desafios, principalmente os de comunicação e de contacto direto com o indivíduo privado de liberdade, os entrevistados relatam a frequência regular nas visitas e o contacto via telefone diário.

Por fim, o objetivo “*Categorizar as dimensões do estigma e a sua influência no desenvolvimento de oportunidades da vida pessoal e social*”, há que voltar a fazer referência que se trata de uma autoperceção do estigma da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade e por isso, a sua compreensão assenta nesse pressuposto. Ao analisar as informações recolhidas sobre os entrevistados constatou-se que as dimensões do estigma social e do estigma individual se relacionam. Porém, há que sistematizar as três dimensões por separado. Na dimensão estrutural foi referenciado pelos entrevistados como forma de estigmatização no local de trabalho, resultando no seu despedimento. Por outro lado, a grande maioria dos entrevistados não relata a perceção desta forma de estigma. A dimensão social retrata a perceção dos entrevistados sobre como a sociedade trata os elementos da rede, existindo relatos de reações negativas, rótulos, estereótipos e preconceito. A dimensão individual subdivide-se em duas categorias: o antecipado e o percebido. No estigma individual antecipado nota-se no discurso de alguns entrevistados alguma reserva na participação na sociedade para evitar situações estigmatizantes ou de julgamento, por outro lado há participantes que se impõem a possíveis situações de estigma, através da sua postura. No estigma individual percebido, a grande maioria dos entrevistados não sente essa opressão, porém há relatos dessa perceção e nas mudanças de comportamento para com os elementos da rede.

Após a resposta aos objetivos específicos, iniciar-se-á a análise do objetivo geral, “*Sistematizar as dimensões da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade e do estigma auto-percebido dos familiares, de modo a propor linhas orientadoras para a prática profissional*”.

Na base dos dados analisados, verifica-se que os processos familiares caracterizam-se como o resultado das relações que se entrecruzam na família, por isso estes processos estão marcados pelo curso de vida dos seus membros, pelos acontecimentos familiares, pela distribuição de poder, pela distribuição do trabalho familiar e pela inserção do núcleo familiar das redes sociais. Por isso, as alterações na dinâmica familiar e, conseqüentemente as alterações de dificuldades num determinado momento, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade social, depende da transformação no conjunto das relações sociais (Miotto, 2015).

Neste estudo verifica-se que pela reclusão de um dos membros da rede, ocorrem implicações para todos os elementos dessa mesma rede. Porém, segundo o cruzamento de dados verificou-se que os participantes com rede de apoio bem estruturada, conseguem lidar melhor com as adversidades que advém da privação de liberdade de um dos seus familiares.

Sendo assim, a atuação do Serviço Social poderia centrar-se na dimensão formal da rede de apoio para uma redução dos impactos negativos que advém da interação em ambiente prisional. Para isso, pode ser aplicada uma perspectiva de intervenção sistémica e em crise (Alarcão e Simões, 2010). Assim sendo, de acordo com a proposta de diploma da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Estatuto Legal da Carreira dos Assistentes Social (2003):

os assistentes sociais são agentes potenciadores de mudança na sociedade e ainda nas condições de vida dos cidadãos, família e comunidades com quem trabalham, estando-lhe subjacente um conjunto articulado de valores, de teorias e de práticas.

No Modelo Sistémico, a intervenção social centra-se em perceber como o problema afeta as relações entre os elementos do mesmo sistema, ou seja, para resolver o problema é necessário o envolvimento dos sistemas em torno da rede, sejam eles, sistemas informais, formais e/ou sociais (Payne, 2002). No Modelo de Intervenção em Crise, a prática profissional tem como objetivo apoiar o utente a atingir o equilíbrio emocional e desenvolve capacidades para enfrentar a situação de crise, isto é, a intervenção centra-se nas dificuldades de cada indivíduo, tentando colmatá-las e promovendo a sua capacitação (Viscarret, 2007; Lameiras, 2015).

Em termos estruturais, é essencial o envolvimento da rede na intervenção desde o início da pena de prisão, visto que os familiares têm um papel fundamental no apoio ao indivíduo privado de liberdade, seja ao nível emocional, afetivo, identitário ou de substituição.

Outro ponto referenciado pelos participantes, ao nível relacional-contextual são as dificuldades em lidar com a situação porque não há preparação para todas as vivências em meio prisional e o que advém dessa experiência. É o caso da falta de conhecimento das regras para as visitas, dos procedimentos e os riscos inerentes à prisão. Por isso propõem-se o desenvolvimento de programas educativos, de modo a abordar questões e/ou esclarecimentos sobre o sistema prisional.

Quer na dimensão estrutural, quer na dimensão relacional-contextual há o relato dos participantes sobre sentimentos de sofrimento, solidão, desilusão, revolta e frustração. Face a isto, recomenda-se um apoio psicossocial à rede, proporcionando-lhe um espaço de partilha, de confiança e de aprendizagem para saber como lidar com os desafios emocionais associados à prisão.

Ao nível do estigma auto-percebido segundo os participantes, verifica-se que as redes de apoio mais fragilizadas têm maior propensão para relatar comportamentos negativos da sociedade ou qualquer outra forma de estigma auto-percebido. Para isso, sugere-se o desenvolvimento de redes de apoio comunitário, de modo a promover a participação da rede e estabelecer um suporte contínuo, reduzindo fragilidade e fortalecendo os laços com a comunidade. Por fim, há relatos das dificuldades pós-reclusão, seja ao nível da reinserção social ou pela falta de preparação da rede para lidar com as consequências da privação da liberdade. Para isso sugere-se um acompanhamento regular de modo a apoiar a rede de apoio, permitindo auxiliar na transição para a vida pós-prisão.

Deste modo, estas diferentes abordagens holísticas poderiam ser úteis para construir uma base sólida de resiliência familiar e social, de modo a beneficiar a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade, fortalecendo os elementos da rede e promover uma reintegração social bem-sucedida. Por isso, a rede de apoio, as instituições judiciais e sociais poderiam elaborar um caminho em parceria para minimizar as dificuldades da rede de apoio após a reclusão de um dos seus elementos.

Porém, esta dissertação apresenta diversas limitações, sendo a primordial o facto de ter apenas 11 participantes e centrar-se num número limitado de instituições em Portugal, pelo que as conclusões e a extensão das mesmas à prática profissional devem ser sempre consideradas como elementos-guia que exigem uma adaptação à especificidade de cada contexto.

Deste modo, a compreensão que se obtém deste estudo é de que a rede de apoio de indivíduos privados de liberdade é a primeira linha de apoio para o seu familiar, porém isso acarreta implicações para o seio familiar, sejam elas de carácter funcional, relacional e estrutural. Ademais, percebe-se junto dos participantes o impacto do estigma auto-percebido nas suas vidas e a resiliência de alguns dos participantes para não se deixarem afetar pelos rótulos que consideram que a sociedade coloca.

Esta dissertação é o ponto de partida, sendo necessário continuar a explorar sobre esta temática, visto que o Serviço Social é potenciador do bem-estar e desenvolvimento humano, devido à sua identidade profissional, resiliência e abordagem integrada. Por isso, é necessário ter em consideração a inevitabilidade de superar desafios e restrições adotando uma abordagem holística na prática profissional, de modo a encarar desafios como oportunidades.

Sendo assim, para futuros estudos propõem-se aprofundar o impacto das intervenções psicossociais na resiliência da rede de apoio; explorar as experiências e perspetivas dos profissionais (Serviço social e outros interventores sociais), a fim de compreender as suas práticas, desafios, enfrentados e estratégias utilizadas para apoiar a rede de apoio de pessoas privadas de liberdade; investigar como o estabelecimento de redes de apoio comunitário pode promover a participação da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade; examinar a eficácia de programas de acompanhamento regular para apoiar a rede de apoio durante a transição para a vida pós-prisão; e por fim, incluir uma amostra mais heterogénea e diversidade geográfica, de modo a compreender melhor as variações na dinâmica da rede de apoio de pessoas privadas de liberdade e na forma como as intervenções podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de diferentes grupos.

6. Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. e Simões, F. (2010). O impacto da reclusão na conjugalidade e na parentalidade: perspetiva da companheira do recluso. *Ousar integrar - Revista de reinserção social e prova*, 2(5), 1-13. Repositório Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/36435>
- Andersson, C. e Turesson, A.B. (2022). Bedtime stories from inside – family practices and affinities in families with incarcerated fathers. *European Journal of Social Work*, 1-12. DOI: 10.1080/13691457.2022.2040442
- Archibald, M.M., Ambagtsheer, R.C., Casey, M.G. & Lawless, M. (2019). Using Zoom Videoconferencing for Qualitative Data Collection: Perceptions and Experiences of Researchers and Participants. Em *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1-8. DOI: 10.1177/1609406919874596
- Azevedo, V., Carvalho, M., Costa, F., Mesquita, S., Soares, J., Teixeira, F. & Maia, A. (2017), Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações, práticas e desafios. *Revista de Enfermagem Referência*, 159-168. DOI: <https://doi.org/10.12707/RIV17018>
- Barbosa, M.M.D.L.M. (2022). *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes* [Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26810/1/master_maria_matos_barbosa.pdf
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, B. E., Ferrans, C. E., & Lashley, F. R. (2001). Measuring Stigma in People With HIV: Psychometric Assessment of the HIV Stigma Scale. *Research in Nursing & Health*, 24(6), 518-529. DOI: 10.1002/nur.10011
- Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>
- Brinca, J. A. S. S. (2017). *O Serviço Social em equipas de rua com consumidores de substâncias psicoativas: Modelo(s) de Prática(S)* [Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14846/1/tese%20doutoramento_final.pdf
- Burke, B., e Harrison, P. (2002). Anti-oppressive Practice. In R. Adams, L. Dominelli, & M. Payne, (Eds.), *Social Work: themes, issues and critical debates* (pp. 227-236). New York: Palgrave.
- Capitanini, M. (2000). Solidão na Velhice: Realidade ou mito? Em A. L. Neri, *E por falar em boa velhice* (pp. 69-89). São Paulo.: Papyrus.
- Carvalho, P., Ramos, M., Haro, F. A., Serafim, J., Costa, R. Faria, L., & Roque, M. I. (2016) Introdução à investigação científica. Em F. A., Haro, J., Serafim, J., Cobra, L., Faria, M. I., Roque, M., Ramos, P., Carvalho & R., Costa, *Investigação em Ciências Sociais Guia Prático do Estudante* (pp. 1 -24). Lisboa: Pactor.
- Clemmer, D. (1940). *The prison community*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

- Collins, D., Jordan, C. & Coleman, H. (2012). *An Introduction to Family Social Work* (4^o eds). Brooks/Cole Empowerment Series.
- Corrigan, P. W., Larson, J. E., & Kuwabara, S. A. (2010). Social Psychology of the Stigma of Mental Illness. Public and Self-stigma Models. Em J. E. Maddux, & J. P. Tangney, *Social Psychological Foundations of Clinical Psychology* (51-68). New York London: The Guilford Press.
- Coutinho, C.P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas- Teoria e Prática*. (2^o eds). Coimbra: Almedina.
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social Stigma and Self-Esteem: The Self-Protective Properties of Stigma. *Psychological Review*, 96(4), 608-630. DOI:10.1037/0033-295x.96.4.608
- Ferreccio, V. (2019). A experiência do confinamento entre familiares de prisioneiros: uma abordagem à extensão das lógicas prisionais. *Criminologia*, 52 (1), 37-56. <https://doi.org/10.7202/1059538ar>
- Ferreira, J. (2011). A investigação em serviço social: modelos para a compreensão da realidade. *Intervenção Social*, (38), 99–113. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13517/1/InvestigacaoServicoSocial.pdf>
- Figueiredo, A.C.C. e Granja, R.P.G. (2020). Laços familiares e afetivo-sexuais de mulheres nas prisões brasileiras e portuguesas. *Revista Subjetividade*, 20(3), 1-12. <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e10358>
- Fortin, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (3^a eds). Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, LDA.
- Gilligan, C. (2008). *Une voix différente. Pour une éthique du care*. Paris, France: Flammarion.
- Goffman, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Guadalupe, S. (2009). *Intervenção em rede: Serviço Social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guadalupe, S. (2017). *As redes de suporte informal em Serviço Social: as redes sociais pessoais de idosos portugueses nos processos de avaliação diagnóstica em respostas sociais* [Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16706/4/phd_sonia_neves_abreu.pdf
- Haro, F. A., Costa, R., Faria, L., Carvalho, P., Roque, M. I. & Serafim, J., (2016) Construção de instrumentos de recolha de dados. Em F. A., Haro, J., Serafim, J., Cobra, L., Faria, M. I., Roque, M., Ramos, P., Carvalho & R., Costa, *Investigação em Ciências Sociais Guia Prático do Estudante* (pp. 69 – 108). Lisboa: Pactor.
- ISCTE-IUL. (2022). *Ética na Investigação: Melhores práticas, melhor Ciência*. https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2018/10/11/1539270104878_codigo_conduta_etica_na_investigacao_iscte_iul.pdf

- Kirk, R. H. (2003). Family support: the roles of early years' centres. *Children & Society*, 17, 85-99. DOI: 10.1002/CHI.741
- Kotova, A. (2020). Beyond courtesy stigma: Towards a multi-faceted and cumulative model of stigmatization of families of people in prison. *Forensic Science International: Mind and Law*, 1(1), 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2020.100021>
- Lameiras, A.C. (2015). *Quadro Síntese de Modelos de Intervenção Social*. <https://servicosocial.pt/modelos-de-intervencao-do-servico-social/>
- Lazega, E. (1998). *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: PUF.
- Lesson, C. e Morgan, J. (2019). Children with a Parent in Prison England and Wales: A Hidden Population of Young Carers. *Child Care In Practice*, 28(2), 196-209. DOI: 10.1080/13575279.2019.1680531
- Lobe, B., Morgan, D. & Hoffman, K.A. (2020). Qualitative Data Collection in an Era of Social Distancing. *International Journal of Qualitative Methods*, 19, 1-8. DOI: 10.1177/1609406920937875
- Lycarião, D., Sampaio, R.C. (2021). *Análise de Conteúdo Categorial: Manual de Aplicação*. Coleção Metodologias de Pesquisa. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf
- Maietta, R. C. (2008). Computer-Assisted Data Analysis. In L. Given (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (103–107). Rolf A. Janke. <https://doi.org/10.4135/9781412963909>
- McKay, T., Lindquist, C., Feinberg, R., Steffey, D., Landwehr, J. & Bir, A. (2018). Family life before and during incarceration. *Journal of Offender Rehabilitation*, 57(2), 96-114, DOI: 10.1080/10509674.2018.1441209
- Mioto, R. C. (2015) Serviço Social e Intervenção Profissional com Famílias: o debate brasileiro em pauta. In CARVALHO, M. I. (ORG) *Família e Serviço Social*. Lisboa: Pactor.
- Moore, K., Stuewig, J., & Tangney, J. (2013). Jail Inmates' Perceived and Anticipated Stigma: Implications for Post-Release Functioning. *Self Identity*, 12(5), 527-547. DOI: 10.1080/15298868.2012.702425
- Morgan, D. L., & Guevara, H. (2008). Audiorecording. Em L. Given (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (40–41). Rolf A. Janke. <https://doi.org/10.4135/9781412963909>
- Padgett, D. K. (2008). *Qualitative methods in Social Work research* (2º eds). Sage Publications.
- Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto.
- Paperman, P. (2005). *Le souci des autres* (16). Paris, France: Les Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.
- Pereira, S.A. (2017). *Percepções Futuras da População Reclusa Portuguesa face à Ressocialização: Estudo quantitativo e qualitativo no Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/5990>

- Pinto, I., Campos, C. & Siqueira, C. (2019), Investigação Qualitativa: Perspetiva geral e importância para as ciências da nutrição. *Associação Portuguesa de Nutrição*, 14(2018). 30-34. | <http://dx.doi.org/10.21011/apn.2018.1406>
- Pollack, S. (2004). Anti-oppressive social work practice with women in prison: Discursive reconstructions and alternative practices, *British Journal of Social Work*, 34(5), 693-707. DOI:10.4467/24496138ZPS.22.009.16127
- Quinn, D. M., & Chaudoir, S. R. (2009). Living With a Conceivable Stigmatized Identity: The Impact of Anticipated Stigma, Centrality, Salience and Cultural Stigma on Psychological Distress and Health. *Journal on Psychological Distress and Health*, 97(4), 634-651. DOI: 10.1037/a0015815
- Salinas, A., Manrique, B., & Rojo, M. M. T. (2008, Setembro de 24 a 26). *Redes de apoio social en la vejez: Adultos mayores beneficiarios del componente para adultos mayores del programa oportunidades* [Sessão de Conferência]. III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Córdoba-Argentina.
- Severino, A. J. (2015). Ética e pesquisa: Autonomia e heteronomia na prática científica. *Cadernos de Pesquisa*, 45(158), 776–792. <https://doi.org/10.1590/198053143355>
- Sherbourne, C. D. e Stewart, A. L. (1991). The MOS social support survey. *Social science & medicine*, 32(6), 705-714. [https://doi.org/10.1016/0277-9536\(91\)90150-B](https://doi.org/10.1016/0277-9536(91)90150-B)
- Sluzki, C.E. (1996). *La red social: frontera de la practica sistematica*. Barcelona. Gedisa Editorial.
- Sluzki, C.E. (2000). Social network and the elderly: conceptual and clinical issues, and a family consultation. *Family Process*, 39(3), 271-284. DOI: 10.1111/j.1545-5300.2000.39302.x
- Sluzki, C. (2007). Famílias e redes. Em L. Fernandes & M. Ribeiro (coords.) *Terapia familiar, redes e poética social*. Lisboa: Climepsi Editora.
- Teixeira, E. B. (2003). A Análise de Dados na Pesquisa Científica: Importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento Em Questão*, 1(2), 177–201. <https://www.redalyc.org/pdf/752/75210209.pdf>
- Touraut, C. (2019). L'expérience carcérale élargie: une peine sociale invisible. *Criminologie*, 52 (1), 19-36. <https://doi.org/10.7202/1059537ar>
- Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. Editora Atlas S.A. (Ed.). https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf
- Viscarret, J.J. (2007). *Modelos y métodos de intervención en trabajo social*. Madrid: Aliança Editorial.
- Vilelas, J. (2017). *Investigação- O Processo de Construção do Conhecimento* (2ª eds). Lisboa: Manuel Robalo.

Anexos

Anexo A: Guião de Entrevista



GUIÃO DE ENTREVISTA

Investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social

Caracterização sociodemográfica

Sexo

Idade

Nº de elementos do agregado familiar/ Tamanho da rede familiar

Situação Laboral

Grau de parentesco

A. Rede Social

1. Pode falar-me um pouco sobre a relação com o seu familiar antes de ser preso?

1.1. Como eram distribuídas as responsabilidades familiares? (lidas de casa, responsabilidades com menores)

1.2. Como descreve o relacionamento que tinham? (harmonia ou conflito)

2. Qual o impacto da reclusão nos membros da rede?

2.1. Considera que a relação entre os membros está unida, frágil ou débil? (coesa, fragmentada ou dispersa)

2.2. Quais as principais adaptações da rede após a reclusão do familiar?

3. Como descreve o apoio que dá ao seu familiar? (apoio moral, prático, identidade e de substituição)

3.1. Como acha que o seu apoio impacta na vida do seu familiar? (social e económico)

4. Qual o principal forma de contacto com o seu familiar?

4.1. Qual acha que seria a forma de contacto mais benéfica? Qual a frequência de contacto?

5. Ao realizar a visita, também fica sujeita às regras e normas da prisão. Como descreve esta nova realidade?

5.1. Quais as principais preocupações que acarreta esta separação, imposta pela condenação?

B. Estigma

6. O facto de ter um familiar preso, trouxe implicações no acesso a serviços ou bens? Se sim, quais?
(restrição na habitação, negação de determinado emprego e de serviços)
7. Como acha que a sociedade percebe o fenómeno da reclusão?
8. Que tipo de mudanças houve na sua vida pessoal ou no relacionamento com a sociedade/comunidade após ter o familiar preso? (rótulos, estereótipos, discriminação)

Anexo B: Quadro Conceptual

Conceito	Dimensão	Subdimensão	Indicador	Referência Bibliográfica
Rede Social	Estrutural	Características estruturais da rede	Tamanho Qualidade do Vínculo (antes, durante e depois)	Sluzki (1996)
	Funcional	Apoio Social (Ações desenvolvidas pela rede)	Apoio Prático Apoio Moral Apoio à identidade Apoio à substituição Interação Positiva	Clemmer (1940) Paperman (2005) Touraut (2019) Guadalupe (2017)
	Relacional-Contextual	Relação entre a rede e o indivíduo preso, em meio prisional	Quebra de relacionamento direto	Alarcão e Simões (2010)
			Laços familiares fragilizados	Pereira (2017)
		Experiência prisional alargada	Lidar com a separação (Adaptações do sistema)	Tourat, 2019 Kotova, 2020
			Confronto com a prisão Custos recorrentes	Touraut, 2019
Estigma	Estrutural	Desafios para a identidade familiar	Políticas não participativas ou restrições	Corringan et al., 2005
	Social	Vulnerabilidade relacional	Reações negativas da população em geral sobre indivíduos ou grupos que já possuem um determinado rótulo	Corringan, Larson & Kuwabara, 2010
			Estereótipos Preconceito Discriminação Rótulos	
	Individual	Antecipado	Preocupação em ser rejeitado ou discriminado	Quinn e Chadoir, 2009
Percebido		Perceção de um indivíduo sobre as atitudes estigmatizantes dos outros em relação a si	Berger, Ferrans & Lashley, 2001 Moore et al., 2013	

Anexo C: Sistema de Códigos (MAXQDA)

Rede Social		
Estrutural	Funcional	Relacional-Contextual
Qualidade do Vínculo - Antes - Durante - Após	Interação Positiva	Custos Recorrentes
	Apoio de Substituição	Confronto com a prisão
	Apoio à Identidade	Laços familiares fragilizados
Tamanho	Apoio Moral	Lidar com a separação
	Apoio Prático	Quebra de relacionamento direto
Estigma		
Estrutural	Social	Individual
Restrição na participação	Reações negativas da sociedade	Percebido
	Discriminação	
Políticas não participativas	Estereótipos	Antecipado
	Preconceito	
	Rótulo	

Tabela 2: Sistema de Códigos MAXQDA (elaboração própria)

Anexo D: Consentimento Informado



Aviso de privacidade e declaração de consentimento

A aluna Beatriz Costa é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais para as finalidades abaixo indicadas, com base no seu consentimento.

A presente dissertação está a ser realizada no âmbito do Mestrado em Serviço Social do ISCTE-IUL, pela aluna Beatriz Costa, com o orientador Professor Doutor Pablo Álvarez-Pérez, e é intitulada de “*Rede de Apoio de Indivíduos Privados de Liberdade*”. O objetivo geral é sistematizar as dimensões da rede de apoio de indivíduos privados de liberdade e do estigma auto-percebido dos familiares, de modo a propor uma linha orientadora para a prática profissional.

A recolha de dados será realizada através de uma entrevista semiestruturada, com a finalidade de dar resposta aos objetivos específicos: averiguar sobre a reconfiguração da rede familiar, em termos estruturais (tamanho e qualidade dos vínculos); categorizar os diferentes tipos de apoios desenvolvidos pela rede; identificar as fragilidades relacionais da rede de apoio após o contacto com a realidade prisional; e categorizar as dimensões do estigma e a sua influência no desenvolvimento de oportunidades da vida pessoal e social.

Caso dê o seu consentimento, procederemos ao tratamento de toda a informação recolhida, através da gravação da entrevista e da interpretação no conjunto, para fins de análise da presente investigação, pelo que a confidencialidade e o anonimato serão garantidos através deste consentimento.

O consentimento é voluntário e só processaremos os seus dados pessoais para as finalidades indicadas mediante o consentimento prestado. Poderá, a qualquer momento, retirar o seu consentimento através dos seguintes contactos:

Beatriz Costa (bfcaa@iscte-iul.pt)

A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriores efetuados com base no consentimento ou de outras atividades de tratamento legalmente exigidas.

Também poderá utilizar os contactos acima indicados para solicitar o acesso, a retificação e, em determinadas condições, o apagamento ou limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

Os seus dados pessoais serão conservados pela aluna Beatriz Costa enquanto forem necessários para as finalidades para as quais foram recolhidas ou até que peça para os apagar.